DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

BRASÍLIA, quarta-feira, 10 de julho de 1974 — ANO VII - Nº 103

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS ASSINADOS

DECRETO Nº 2.663 DE 08 DE JULHO DE 1974
Cria funções em comissão na Secretaria de Administração e dá outras providências.
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,
DECRETA:
Art. 1º — Ficam criadas na Secretaria de Administração e incluídas no Anexo I de que trata o artigo 2º, do Decreto nº 2.250, de 8 de maio de 1973, as seguintes funções em comissão:
GABINETE DO SECRETÁRIO
1 Oficial de Gabinete Símbolo FC-10

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
1 Assessor Auxiliar de Documentação e Comunicação Administrativa Símbolo FC-5
Art. 2º. — O presente Decreto integra o Livro II da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 3º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.
Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Distrito Federal, 08 de julho de 1974. 86º da República e 15º de Brasília.
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Ivan Guanais de Oliveira
(E.M. Nº 17 de 08 de julho de 1974, publicada nesta edição, pág. 2

DECRETO DE 8 DE JULHO DE 1974
O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3 751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do processo nº. 17 086/74.
RESOLVE:
CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, da Lei nº 1 711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 101, parágrafo único, e 103, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Bibliotecário, Código NS-723.4, a NYDIA DA SILVEIRA CALDAS, matrícula nº 8 025, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
Distrito Federal, 8 de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 054 894/74
INTERESSADO: GERLANE DE OLIVEIRA GALVÃO, mat. 4979-SEC
ASSUNTO: Requisição (INAN)
Senhor Governador:
Pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que o mesmo não se enquadra nos casos previstos pelo Decreto nº 2.628, de 22 de maio de 1974.
Brasília, 28 de junho de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Comunique-se a impossibilidade do atendimento
Brasília, 1º de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº:.062 220/74
INTERESSADO: LÉLIA . MARIZE PEREIRA BRITO, mat. 82611-CLT F.E.D.F.
ASSUNTO: Requisição (Justiça do Distrito Federal- Juizado de Menores)
Senhor Governador:
Pelo indeferimento do pedido, tendo em vista o disposto no art. 4º, do Decreto nº 2628, de 22 de maio de 1974
Brasília, 28 de junho de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Comunique-se a impossibilidade do atendimento.
Brasília, 1º de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 050 918/74
INTERESSADO: MAURA MANATA SARDINHA, mat.3359-SEC
ASSUNTO: Requisição (Governo do Estado de Goiás)
Senhor Governador:
Pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que o mesmo não se enquadra nos casos previstos pelo Decreto nº 2.628, de 22 de maio de 1974.
Brasília, 28 de junho de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário D
Secretário de Administração
DE ACORDO. Comunique-se a impossibilidade do atendimento
Brasília, 1º de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 125 144/73
INTERESSADO: MARIA ABADIA DE JESUS CÉSAR, mat. 5 231 - SES
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (MINISTÉRIO DO EXÉRCITO)
Senhor Governador:
Pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que o mesmo não se enquadra nos casos previstos pelo Decreto nº 2 628, de 22 de maio de 1974.
Brasília, 1o. de julho de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Comunique-se a impossibilidade de atendimento.
Brasília, 1º de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº: 104 741/74
INTERESSADO: PAULO ELIAS DA SILVA CAMPOS, mat. 5 487-SES
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (JUSTIÇA FEDERAL)
Senhor Governador:
Pelo indeferimento do pedido por não se enquadrar nos casos previstos pelo Decreto nº 2 628, de 22 de maio de 1974
Brasília, 27 de junho de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO . Comunique-se a impossibilidade do atendimento.
Brasília, 1º de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

PROCESSO Nº:.037 885/74
INTERESSADO: CONCEIÇÃO DE MARIA NEVES TRINDADE, mat. nº 88 054 - CLT - FEDF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO)
Senhor Governador:
Pelo indeferimento do pedido, tendo em vista que o mesmo não se enquadra nos casos previstos pelo Decreto nº 2 628, de 22 de maio de 1974.
Brasília, 1 de 7 de 1974
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração
DE ACORDO. Comunique-se a impossibilidade do atendimento.
Brasília, 1º de julho de 1974
ELMO SEREJO FARIAS
GOVERNADOR

GABINETE MILITAR

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 08 DE JULHO DE 1974
O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 6º, do Decreto nº 2461, de 11de dezembro de 1973.
R E S O L V E:
mandar cessar o pagamento de gratificação de representação no valor de Cr$ 420,00, (quatrocentos e vinte cruzeiros), concedida pela Portaria de 20 de setembro. de 1972, revalidada pelo Decreto nº 2461, de 11de dezembro de 1973, ao Soldado BM José Xavier da Silva, exercendo a função de motorista no Gabinete do Governador do Distrito Federal

Distrito Federal, 08 de julho de 1974.
GUARACY DE LIMA FURTADO-Cel PM
Chefe do Gabinete Militar

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 039 DE 04 DE JULHO DE 1974.
O Superintendente da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso II do artigo 2º. do Decreto nº. 2.519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com o inciso II do artigo 8º. do Regimento da AUD, aprovado pelo Decreto nº. 2.520, da mesma data.
RESOLVE:
Autorizar os serviços desta Administração, trabalhar em regime de horas extras, no período de 1º a 31 de julho do corrente, conforme Quadro em anexo.
Brasília, DF, 04 de julho de 1974.
TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

QUADRO DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE HORAS EXTRAS, PERÍODO 1º A 31 de julho de 1974

ITEM	N O M E	REGISTRO	EP	E M P R E G O	ESTIMATIVA
01	CARLOS RIBEIRO NETO	010	06	Motorista	80 horas
02	JOAQUIM HORÁCIO DE CASTILHO	014	06	Motorista	80 horas
03	ILDEVAR FIDELIS	021	06	Motorista	80 horas
04	MARGARIDA DE MORAIS	020	04	Copeira	60 horas
05	RONALDO DUARTE DA COSTA	017	10	Aux. de Administração II	60 horas
06	PAULO DE TARSO LUIZ	016	16	Aux.Téc. de Administração II	60 horas
07	SANAGÊ CARDOSO	015	08	Aux. de Administração I	60 horas
08	MARIA ANTONIA CASTILHO DA SILVEIRA	013	08	Aux. de Administração I	60 horas
09	DIONISIO JORGE DA SILVA	012	16	Aux.Téc. Administração II	60 horas
10	HELIODORIO PESSOA DE OLIVEIRA	011	11	Almoxarife	60 horas
11	WILSON JOSÉ DE AZEVEDO	009	16	Aux.Téc. Administração II	60 horas
12	CANDÍDIO FERNANDES DA SILVA	008	04	Auxiliar de Portaria	60 horas
13	VALDIVINO LEMES VIEIRA	022	05	Garção	60 horas
14	DOTORVEU MARANHÃO MACHADO NETO	023	10	Aux. de Administração II	60 horas
15	EDSON TEIXEIRA DE CARVALHO	024	16	Aux.Téc.Administração II	60 horas
16	CEZAR DOMINGOS MARQUES	025	08	Aux. de Administração I	60 horas
17	ANTONIO ALVES DE MOURA	026	10	Aux. de Administração II	60 horas
18	PORFÍRIO MAGALHÃES SOUZA	027	14	Aux.Téc.Administração I	60 horas
19	JOÃO BATISTA DE PAIVA	028	14	Aux.Téc.Administração I	60 horas
20	RAIMUNDO NONATO SOUSA ESTRELA	029	08	Eletricista	60 horas
21	MOACIR RODRIGUES DA SILVA	030	04	Auxiliar de Portaria	60 horas
22	GLÊNIO LOPES DA SILVA	031	04	Auxiliar de Portaria	60 horas
23	SÉRGIO PEREIRA REZENDE	032	08	Auxiliar de Administração I	60 horas
24	JOÃO MARTINS DE SOUSA FILHO	033	14	Aux.Téc.Administração I	60 horas

N O T A :-

1. A previsão de80 horas extras para os servidores constantes dos itens de 001 a 003, se enquadra na Consolidação das Leis do Trabalho capítulo II - seção II -, artigo 59, sendo 02 horas diárias de segunda a sexta - feira e 10 horas no sábado, quando houver atividades no Centro Desportivo.
2. Idem para os demais servidores cuja a previsão é de 60 horas extras mensais.

Brasília, DF, 04 de julho de 1 974

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 040 de 05 de julho de 1974

O Superintendente da Administração das Unidades Desportivas do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 2541 de 11 de fevereiro de 1974 e, tendo em vista o disposto no Artigo 13º do Capítulo III, do Decreto nº 2504, de 28 de dezembro de 1973, que dispõe sobre as Normas de Execução Orçamentária e Financeira, a Codificação e Interpretação da Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1974.

RESOLVE :

1º Fica o Serviço Financeiro desta Superintendência, autorizado a movimentar os valores correspondentes aos elementos da despesa constante do quadro anexo.

DISTRITO FEDERAL, 05 de julho de 1974

TAQUEGI KORESSAWA
SUPERINTENDENTE

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 40/74

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA

ATIVIDADES E/OU PROJETOS - ELEMENTOS	VALOR	TOTAL
3.1.1.0 - PESSOAL	202.974,00	
3.1.2.0 - MATERIAL PERMANENTE	119.500,00	
3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	345.000,00	
3.1.4.0 - ENCARGOS DIVERSOS	10.000,00	
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.500,00	
3.2.7.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.600,00	
4.1.3.0 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	10.000,00	
4.1.4.0 - MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	711.574,00

BRAZ RAIMUNDO
Chefe Serv. Financeiro
AUD

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente
AUD

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal, editado pela SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - Divisão de Divulgação - Diretor J. P. Batista - Redação e Administração: Setor Bancário Sul - Ed. Brasília - 12º andar, telefone 24-1303. Composição e impressão Oficinas do "Correio Braziliense", Setor de Indústrias Gráficas, telefone: 23-3450. Assinatura anual: Cr$ 30,00, número avulso 0,20. Brasília, Distrito Federal.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 63 DE 02 DE JULHO DE 1 974

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FISICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

elogiar os servidores abaixo relacionados, pela destacada atuação no desempenho de suas funções, cooperando na execução das OLIMPIADAS DO EXERCITO, realizadas em abril de 1 974, nesta Capital.

JUAREZ GONÇALVES DE GÓES, GLORIA CELIA REGAZONE, HÉLIO FRANCO BORGES, OSÓRIO TEIXEIRA DE SIQUEIRA FILHO, JOSÉ GERALDO DE ANDRADE NETO, GIOVANI GOMES CASTILHO, JOSÉ ANTONIO FURTADO LEAL, JOSÉ ANTONIO GALATI, CARLOS ROBERTO BERNARDES, EILEEN GUEDES DE PAIVA E MELO, IVONETE DINIZ VIEIRA, ROSANGELA BEATRIZ HAAG DOURADO, EMYGDIO DE CARVALHO, PAULO ANTONIO MOTTA DOS SANTOS, WALDYR DE CARVALHO THIESSEN, NELY BRUM DOS SANTOS, CELIO TORRES, ARLETE DO ROSÁRIO COSTA, SINVAL PEREIRA DA CRUZ, CEZAR TORRES, JUVENAL ANTUNES PEREIRA, OTO MORÁVIA DE CARVALHO, JOSÉ CARLOS FERREIRA, EZEQUIEL CARNEIRO DE OLIVEIRA, FRANCISCO FRANÇA DE ARRUDA, VALDOMIRO FRANCISCO DOURADO, LUCIANNETTE ARAÚJO SOUZA, JOSÉ MARTINS DE LIMA, BERNARDINO PINTO DE ALMEIDA, CLOACIR FERREIRA DOS SANTOS, NILVA DIAS DOS ANJOS, HELENA DA SILVA, OTAVIANO AYRES DA FONSECA, JOÃO DOS REIS PEREIRA DA ROCHA, JOÃO SOARES DE OLIVEIRA, FRANCIVALDO OLIVEIRA SOARES, ZELINDA FERREIRA COSTA, JOSÉ BONIFÁCIO NETO, OSWALDO GOMES CORREIA, ALOISIO JOSÉ DA SILVA, ELY DE OLIVEIRA LIMA, JURACY BATISTA DOS SANTOS, JOSÉ CARLOS DOS SANTOS, OSMAR RODRIGUES DE MIRANDA, HELENA MARIA DOS REIS ROSA, OSWALDO ROSA DA SILVA, JUAREZ BARBOSA DA SILVA, FLAUDIZIO VIEIRA DE MELO, FRANCISCO FERNANDES CAVALCANTE.

Distrito Federal, 02 de julho de 1 974.

PAULO ANTUNES DE SOUZA
Diretor

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

DESPACHOS

E.M.
Nº. 17/74-SEA
Brasília, 08 de julho de 1974
Excelentíssimo Senhor Governador:
Com expedição do Decreto nº. 2.250, de 8 de maio de 1 973, que aprovou o Regimento da Secretaria de Administração, foram incluídas, no quadro de funções em comissão desta Pasta, 2 (duas) funções de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-10.
Posteriormente, com a assinatura do Decreto nº. 2 440, de 14 de novembro de 1973, que dispôs sobre a classificação e transformação de cargos e funções para as Categorias do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do novo Plano de Classificação de Cargos do Serviço Civil do Distrito Federal, uma dessas funções em comissão de Oficial de Gabinete, que no momento não se achava provida, foi transformada, por necessidade do serviço e nos termos do artigo 9º., da Lei nº. 5 920, de 19 de setembro de 1973, em cargo de Assessor da Secretário, Código DAS 102.1.
É de se salientar que o Secretário de Administração só dispunha, até essa data, de 2 (dois) Assessores, quando o Decreto nº. 2 386, de 4 de outubro de 1973, lhe autorizava, como a todos os demais Secretários de Estado e ao Procurador Geral, a dispor de até 4 (quatro) Assessores.
Ocorre, entretanto, que até a presente data não foi, ainda, criada nova função em comissão de Oficial de Gabinete, Símbolo FC-10, o que vem causando sérias dificuldades ao funcionamento do Gabinete, em horário contínuo, de 7:30 às 19:30 horas, como convém a esta Secretaria. É, pois, da mais absoluta necessidade que seja recomposto o número inicial de 2 (dois) Oficiais de Gabinete, com o restabelecimento de mais uma função em comissão.
Por outro lado, a Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, desta Secretaria, embora podendo dispor, nos termos do artigo 8º, alínea b, do Decreto nº. 2 386, de 4 de outubro de 1973, de até 5 (cinco) Assessores, só se beneficiou, com a expedição do Decreto nº. 2 440, de 14 de novembro de 1973, com 2 (dois) Assessores. Este pequeno número de Assessores, que, à época, deve ter sido considerado bastante, já agora se revela insuficiente.
Considerando, entretanto, que a criação de mais um cargo de Assessor só poderá ser feita através de lei, tendo em vista que o Grupo-Direção e Assessoramento Superiores do novo Plano já se acha implantado, entendo que a situação poderá ser corrigida, pelo menos em parte, com a criação de uma função em comissão de Assessor Auxiliar de Documentação e Comunicação Administrativa, Símbolo FC-5. Essa criação, nos termos da legislação em vigor, ainda poderá ser feita através de decreto, porquanto ainda não se acha implantado o Grupo-Direção e Assistência Intermediárias.
Nestas condições, consubstanciando as medidas acima indicadas, esta Secretaria elaborou o anexo projeto de decreto, que tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, sugerindo que, antes de sua assinatura, seja ouvida a Secretaria do Governo, quanto à viabilidade orçamentária e financeira da processta.
Apresento a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e profunda respeito.
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER.
Secretário de Administração

PROCESSO Nº : 281.441/74
INTERESSADO : ILIDIO BENEDITO GUIMARAES, mat. 2073 - SEG
ASSUNTO : LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967, e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 8 de julho de 1974.

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº : 281.118/74
INTERESSADO : SILVESTRE JOSE DA ROCHA, mat. 150 - SEG
ASSUNTO : LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência, estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 339, de 12 de dezembro de 1967, e artigo 80, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2250, de 8 de maio de 1973, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110, do Estatuto.

Brasília, 8 de julho de 1974.

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 62 205/74 INTERESSADO: ANTONIA SCANDIUCI FIGUEIREDO

DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1 703, de 31 de maio de 1 971, dispenso a licitação para aplicação do adiantamento a ser concedido em nome da servidora ANTONIA SCANDIUCI FIGUEIREDO, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 1500, (hum mil e quinhentos cruzeiros).

Brasília, 20 de junho de 1 974

JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER

PROCESSO Nº 17.180/74
INTERESSADO: DOMINGOS SOARES FILHO, mat. 11.611-SEF
ASSUNTO: Serviço extraordinário em caráter especial

A Administração somente examina casos semelhantes quando solicitados pelo órgão requisitante, "in casu", a Presidência da República. Indefiro pois, a petição.
Brasília, 30 de junho de 1 974

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal.

PROCESSO Nº: 004 219/74
INTERESSADO: ERUNDINA LUCIA SIQUEIRA — viúva do ex-servidor JOSÉ MANOEL DE SIQUEIRA
ASSUNTO: PENSÃO ESPECIAL
Aprovo a conclusão da Supervisão de Processo Administrativo, que concluiu pela não ocorrência de acidente em serviço.
PUBLIQUE—SE e ARQUIVE—SE
Brasília, 27 de 6 de 1974.
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração.

PROCESSO Nº: 011 295/74
INTERESSADO : CECILIO AGUIAR E SILVA, mat. 1999-SEA
ASSUNTO : Requer pagamento de gratificação de serviços extraordinários.
Arquive-se, tendo em vista que, a Administração somente examina casos semelhantes, quando solicitados pelo órgão requisitante, "in casu" a Presidência da República.
Brasília, 27 de junho de 1974
JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

PROCESSO Nº: 17 191/74
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DESPACHO: Nos termos da alínea, "c", inciso II, artigo 3º, do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma CASA DAS MÁQUINAS LTDA, para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 1.050,00 (um mil e cinquenta cruzeiros).
Brasília, 20 de junho de 1974
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº. 17 716/74
INTERESSADO: COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
DESPACHO: Nos termos da alínea "c" inciso II, artigo 3º, do Decreto nº. 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso licitação a favor de NGS - MÁQUINAS- Acessórios e Serviços Ltda. Para prestação do serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 600,00 (seiscentos cruzeiros)
Brasília, 20 de junho de 1974

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº. 18717
INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º, do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma IRMÃOS MIZUMO LTDA, com fornecimento de flores para o Gabinete da Secretaria de Administração, bem como autorizo a emissão do empenho por ESTIMATIVA no valor de Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Brasília, 21 de junho de 1974
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER.
Secretário de Administração

DIVISÃO DE PESSOAL - S.C.F.I.P.I.N.C.
SEÇÃO DE CONTAGEM E DE REGISTRO DE SERVIÇO
ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO - CONCEDIDOS

Despacho: CONCEDIDO, nos termos do artigo 10, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1 964, gratificação adicional por tempo de serviço, nos percentuais e a partir das datas mencionadas, aos funcionários a seguir relacionados:

MATR.	N O M E	NIVEL	%	A PARTIR DE
06.475	Rosemiro da Costa Araújo	10	10%	19.02.74
06.478	Wilson Lopes de Oliveira	08	10%	26.02.74
06.479	Vanderley Vieira Borges	08	10%	13.01.74
06.480	Wilson Leister	08	10%	30.12.70
06.481	Vicente Valadares da Silva	08	10%	24.02.73
06.484	Telirio dos Reis Santiago	08	10%	16.02.74
06.485	Toninho José do Nascimento	10	10%	19.01.74
06.487	Valdemir Jacinto de Deus	08	10%	21.03.74
06.492	Saulo Cesário da Silva	08	10%	20.01.74
06.493	Simplicio Ferreira da Silva	08	10%	28.07.71
06.512	Liberato Lopes	12	15%	31.08.73
06.519	João Ferreira Maia	05	10%	08.02.73
06.546	Dirce da Silva	13	15%	07.06.74
06.561	Maria Ignácia de Souza	13	20%	04.05.74
06.596	Maria A.Ernster Forton	10	10%	04.04.74
06.606	Daltro Pinto Lobo	09	10%	30.01.74
06.615	Terezinha Almeida do Amaral	09	10%	22.12.73
06.625	Ezetilde Menezes de Andrade	21	10%	20.05.74
06.626	Mathildes Coelho Leite	19	10%	01.02.74
06.664	Victor de Oliveira Silva	+	10%	11.03.74
06.668	Gonçalo de Paiva Medeiros	11	10%	02.03.74
06.672	Antonio Martins de Souza	08	10%	03.01.74
06.674	Hideo Sumihara	08	10%	21.01.74
06.679	Antonio da Paixão	05	10%	29.03.73
06.686	João Vicente da Silva Agente Fiscal de Tributo "B"	01	10%	14.01.74
06.332	Eronides de Araujo Carvalho	08	10%	05.03.74
06.341	Elson Ribeiro da Silva	08	10%	18.01.74
06.345	Evaldo Carlos de Alarção	08	10%	16.02.74
06.347	Francisco José Rodrigues	08	10%	24.02.74
06.348	Francisco Avelino dos Santos	08	10%	04.01.74
06.352	Francisco Joaquim Almeida	08	10%	10.03.74
06.358	Gener Costa Santos	08	10%	08.01.74
06.360	Gregório Ramos Purificação	08	10%	10.01.74
06.361	Hilton Pereira de Abreu	08	10%	26.01.74
06.364	Hamilton Rodrigues de Carvalho	08	10%	19.01.74
06.366	José dos Santos	08	10%	27.02.74
06.379	Jamil Goncalves de Oliveira	08	10%	06.04.74
06.386	José da Silva Cruz	08	10%	16.02.74
06.389	José Nunes da Silva	08	10%	18.01.74
06.395	José Nubio Belem Mourão	08	10%	28.01.74
06.402	Jesuino Gonçalves Feitosa	08	10%	26.01.74
06.408	João Carlos de França	08	10%	20.01.74
06.419	Jair Gomes de Farias	08	10%	28.01.74
06.440	Mariano da Silva Barros	08	10%	14.04.74
06.449	Mário Rodrigues da Cruz	08	10%	04.03.74
06.450	Manoel Rosendo Silva Neto	08	10%	02.03.74
06.451	Marivaldo Rodrigues Santos	08	10%	06.02.74
06.465	Omecime Gomes da Rocha	08	10%	23.01.74
06.470	Raimundo Tolentino	08	10%	16.01.74
06.472	Ruy Lopes Barreto	08	10%	19.02.74
06.236	Nile Paiva de Siqueira	09	10%	17.01.74
06.242	Madalena Neri de B.Filho	09	10%	24.04.74
06.244	Joana Batista Leite	09	10%	18.02.74
06.245	Joaquim Inácio de Araújo	09	10%	15.02.74
06.255	Conceição de M.P.Araújo	09	10%	12.04.74
06.256	Alexandre Rodrigues M.Filho	10	10%	29.01.74
06.257	Ana Maria O.Nascimento	14	10%	12.04.74
06.259	Anisia José Nascimento	05	10%	31.03.74
06.263	Ernestina Vieira da Silva	05	10%	17.02.74
06.268	Maria Aparecida de Souza	05	10%	23.04.74
06.272	Adamastor dos Reis Santiago	08	10%	13.01.74
06.280	Aloy Souza Evangelista	08	10%	06.01.74
06.291	Antonio Alves da Silva	08	10%	30.04.74
06.296	Antonio Morais	08	10%	03.05.74
06.297	Antonio Morais de Medeiros	08	10%	10.01.74
06.304	Aurelino Alves Caldeira	08	10%	14.03.74
06.311	Aveline de Souza Barreto	08	10%	18.01.74
06.322	Cloves Lira da Rocha	08	10%	01.02.74
06.331	Dirceu Cavalcante Siqueira	08	10%	21.02.74
07.954	Roberto Walter de Castro	16	15%	20.04.74
11.157	Maria de Lourdes Paiva	07	15%	01.05.74
13.364	Tomaz de Aquino Costa da Luz	08	15%	14.05.74
13.979	Dário Rôla Moura	08	10%	20.12.71
04.402	Terezinha Maria G.Viana	19	25%	11.03.74
04.423	Walkiria Araujo Lopes	19	10%	13.09.69
04.460	José Carlos de Godoy	NS.7	10.7 10%	04.10.69
04.510	Expedito de C.Branco	16	10%	29.03.73
04.586	Abigail S.de A.Mesquita	13	15%	24.02.74
04.596	Adelza Henrique Furtado	05	10%	16.03.74
04.602	Agricola José Ribeiro	05	10%	12.04.73
04.623	Alita Vieira	16	25%	06.04.72
04.662	Anália Botelho Gorayb	13	20%	14.08.73
04.669	Anileda de Barros B.Pauluci	13	15%	02.05.74
04.674	Antonia de Aguiar Quintão	05	15%	02.2.74
04.676	Antonia Leite de Souza	13	10%	31.05.74
04.679	Antonia Pimentel de Sena	13	25%	23.05.73
04.703	Aristolino Ferreira de Brito	05	10%	21.01.74
04.759	Calia Marques Costa	13	10%	12.01.74
04.763	Calina Amaral Nunes	13	15%	15.03.74
04.774	Cledinalva Fernandes Silveira	13	10%	12.02.74
04.781	Cleusa Dutra Massera	13	10%	20.07.73
04.788	Conceição Guimarães Campos	13	15%	30.05.74
04.803	Dayse Nunes Gonçalves	13	10%	19.03.74
04.804	Dalva de Assis Carvalho	13	25%	02.12.73
04.805	Dalva Barbosa Andrade	13	20%	01.07.74
04.841	Dirce Mesquita Costa	13	15%	23.03.73
04.860	Dulsinea Pereira da Silva	13	15%	30.05.74
04.907	Elza Alves da Cunha	13	15%	17.06.74
07.158	Shirlei de Almeida	13	10%	01.06.74
07.164	Maria Aparecida Paixão	13	10%	06.01.74
07.209	Lígia Aparecida da Moura	13	10%	20.04.74
07.215	Lélia Rodrigues Brandão	13	10%	28.04.74
07.218	Anita Clara da Fonseca	13	20%	09.05.74
07.232	Adalcy Teixeira Maciel	13	20%	29.04.74
07.292	Genesi Silva Mendes	13	25%	23.03.74
08.789	Nelson Eleutério	+	10%	14.06.74
09.794	João Araujo Lopes	10	15%	23.03.74
10.071	Haide Barbosa Duarte	13	15%	26.08.68
10.071	Haide Barbosa Duarte	13	20%	17.11.72
11.389	Ronaldo Pereira Parente Correia	+	15%	07.06.74
13.368	Antonio Alves	06	15%	13.04.74
13.943	José Cloves do Rego	16	15%	16.02.70
13.959	Pedro Gomes de Almeida	10	15%	13.07.74
14.795	José Massári	10	15%	25.04.74
16.044	Francisco de Assis A.Vilar	14	15%	30.05.74
	+ Agentes Fiscais de Tributo "A".			
06.693	Maurício Lima Cardoso	10	10%	05.01.74
06.697	Valdezir Costa	01	10%	08.07.74
06.753	Milton de Jesus Araujo	+	25%	24.03.74
06.755	Raimundo Nonato Borges	07	10%	15.05.74
06.762	Antônia Pinheiro Jorge	05	10%	20.05.74
06.763	Yolanda Correia Maia	09	10%	02.02.73
06.776	José de Arimatéia Rabello	05	10%	31.01.74
06.784	Vicente Carlos Pinto	05	10%	01.04.74
06.786	Helena Pires Vieira	05	10%	01.05.74
06.795	Justiniano Gonçalves Martins	08	10%	26.04.74
06.800	Rogerio Ulysseia	21	10%	14.04.74
06.809	Amadeu Pereira e Silva	08	10%	29.12.73
06.822	Ninotchka Rabelo Meneses	08	10%	31.12.73
06.823	Haide Verberich da Silva	19	10%	04.05.74
06.862	Divino Luiz de Azevedo	05	10%	28.01.74
06.876	Dulce D'Avila Mello	19	10%	28.05.74
06.877	Antonio Barbosa Brito	05	10%	23.05.74
06.879	Roque Salustiano da Silva	01	10%	03.05.74
06.909	Ana Morais Maito	14	10%	10.02.74
06.967	Dora Viana da Cunha	19	10%	23.03.74
06.985	Clarencio Abad Cuadrado	19	10%	19.05.74
07.004	Miquelina de Andrade Coelho	19	15%	12.04.74
07.076	Maria Edna Pereira Mazon	13	10%	19.05.74
07.085	Marlene Serrão Mello	13	20%	04.04.74
07.090	Maria de Lourdes Pias Canalejas	13	10%	05.05.74
	+ Agente Fiscal de Tributo "A".			
04.636	Amélia Branco Coelho	13	10%	27.07.74
07.352	Milene Antonio Tonissi	19	15%	28.02.74
07.360	Fernandes Cavalcante Sidrim	16	15%	03.02.74
07.412	Igra Casali da Rocha	11	10%	06.04.74
07.654	Maria da Glória Borges	+	15%	20.06.74
07.730	Jorge dos Santos Amazonas	+	10%	04.04.74
07.765	Alirio de Souza Filho	+	10%	06.01.74
07.898	Vera Lúcia M.Tamm	19	10%	19.02.74
07.900	Zaira Luzia V. Tourinho	19	10%	23.03.74
07.934	Valmir Gondim de Freitas	12	15%	16.03.74
07.955	Melchisedesk Almeida Campos	10	15%	21.04.74
08.002	Basiliano José Tavares	08	10%	07.02.74
08.015	Helkias Lins de Souza	16	15%	25.11.73
08.028	Silas Ferraz	08	10%	30.03.74
08.074	Ieda Queiroz de Oliveira	13	10%	22.04.74
08.081	Maria Beli Bessan de Oliveira	19	10%	08.05.74
09.056	José Menezes Sobrinho	08	10%	16.04.74
12.395	João Chaves Figueiredo	01	10%	20.04.71
12.556	Edith Neves Kelling	14	15%	01.03.74
15.798	Silvério Ferreira C.Junior	08	10%	29.04.71
	+ Agentes Fiscais de Tributo "B".			
05.583	Valdetina Ferreira Macedo	09	15%	28.04.74
05.593	Violeta Maria Corrado	13	10%	06.03.74
05.656	José Pereira Lisbôa	08	10%	29.08.73
05.733	Janira Pereira de Souza Leite	09	10%	11.02.73
05.740	Hilda de Sena e Silva	22	25%	27.10.73
05.804	Fernando Arthur B.de Carvalho	22	15%	13.07.74
05.835	Elza Moreira Pereira	09	10%	13.02.74
05.842	Elizabeth B.de Trindade Gonçalves	14	10%	11.02.74
05.881	Ivanilde do Lago de Melo	15	10%	13.02.74
05.900	Iraildes de Godoi Pinto	09	10%	26.06.73
05.908	Iracema Barbosa Leite	09	10%	01.03.73
05.952	Dálio Bernadino Melo	12	20%	01.07.74
06.030	Benedita Martins Silva	05	10%	26.06.72
06.038	Aurea Barboni	07	15%	01.04.74
06.051	Arlinde da Silva	05	10%	22.03.74
06.099	Angelica Ferreira Antunes	22	10%	20.01.74
06.146	Afonsina Francisco da Rocha	22	10%	14.01.74
06.167	Abib Ani Cury	NS.701.7	15%	22.05.74
06.181	Almerinda de Souza Ferreira	08	10%	29.03.74
06.190	Helio dos Santos Machado	NS.715.7	10%	16.04.74
06.193	Ignez Carraca de Alcântara	07	10%	21.01.73
06.196	Joaquim Pereira de Brito	+	10%	31.01.74
06.199	Lenir Brito	08	10%	14.04.74
06.202	Walkiria Palhano X.de Souza	16	10%	27.01.74
06.233	Violanda Moreira Barbosa	19	10%	30.01.74
	+ Agente Fiscal de Tributo "A".			

Jesonias Duarte
Chefe da S.C.T.S.

Em, 25.06.74
Clayr Hochefert de Almeida
Diretor da Divisão de C.Financeiro
CSP- SEA:

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 20 DE junho DE 1974

O SECRETARIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo item I, do Artigo 1º, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

AUTORIZAR CARLOS ALBERTO DE CASTRO MORAES, Assessor do Secretário, Código DAS-102.1, matrícula nº 18.342, a viajar à cidade de Salvador - Bahia, nos dias 20, 21 e 22 do corrente, em objetivo de serviço.

Brasília, 20 de junho de 1974
IVAN GUANAIS DE OLI

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

LICENÇAS CONCEDIDAS

INTERESSADO: Maria Iris Bicalho Ferreira
Matrícula : 00 961
Tipo : Licença para tratamento de saúde inicial
Período : 22.06.74. a 28.06.74
Fundamento Legal : Artigos 97,98 e 123- Lei 1.711/52
Documento: Atestado Médico nº 1.286/74—SM

Interessado : José Nunes Patriota
Matrícula : 00 983
Tipo : Licença para tratamento de saúde - inicial
Período : 19.06.74. a 27.06.74.
Fundamento Legal : Artigos 7,98 e 123- Lei 1 711/52
Documento: Atestado Médico nº 1223/74-SM.

Interessado : Marlene Fernandez Martins dos Anjos
Matrícula : 09.013
Tipo : Licença para tratamento de saúde - inicial
Período : 17.06.74 a 06.07.74
Fundamento Legal : Artigos 97,98 e 123-Lei 1.711/52
Documento : Atestado Médico nº 1 258/74

Interessado : José Nunes Patriota
Matrícula : 00.983
Tipo : Prorrogação de lic. p/trat. de saúde
Período : 28.06.74 a 27.07.74
Fundamento Legal : Artigos 93, 97 e 98 - Lei 1 711/52

Documento: Atestado Médico nº 1283/74-SM.

Interessado : João Batista de Paula
Matrícula : 12.353
Tipo : Prorrogação de lic.p/trat. de saúde
Período : 18.06.74 a 18.09.74
Fundamento Legal : Artigos 93, 97e 98- Lei Lei1 711/52
Documento : Atestado Médico nº 1.195/74

Brasília (DF), 02 de julho de 1974
JOÃO GONÇALVES NÓBREGA
Seção de Pessoal- DAG/SEG
CHEFE

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO Nº 8/74

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelas alíneas "c" do Artigo 31 e "i" do Artigo 32 do Regimento da Fundação, aprovado pelo Decreto "N" nº 743, de 11 de junho de 1.968,

RESOLVE:

determinar que, a partir de 05 de julho de 1.974, os Médicos Residentes, grau R-1, em exercícios nas Unidades Hospitalares desta Fundação, voltem a estabelecer moradia nos respectivos Hospitais.

Brasília-DF, 4 de julho de 1.974.
NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO
Presidente da F.H.D.F.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 018 DE 2 DE JULHO DE 1 974

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Inciso V, do artigo 28, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.111, de 28 de novembro de 1 972, de conformidade com o disposto no artigo 70 das Normas aprovadas pelo Decreto nº 2.504, de 28/12/73, e tendo em vista o que consta do processo nº 150.123/74,

RESOLVE:

I- designar o Doutor JOÃO LINCOLN DE LARA, Engenheiro, Código NS-710.6, matrícula nº 9.324, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, representante desta Secretaria junto à NOVACAP para acompanhar a execução de obras de recuperação na Estação Rodoviária de Brasília, de que trata o convênio celebrado em 27/12/67, renovado em 26/12/69, 29/12/71, 28/12/72 e 08/03/74.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 2 de julho de 1 974

ROMULO MARINHO
SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS

DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 382/74—DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o art. 31, inciso 1V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972, combinado com os artigos 51 e 53 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71,

RESOLVE:

aplicar a EDSON RODRIGUES ROCHA, portador da permissão de táxi nº 1682, a pena de "advertência", por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do Regulamento acima referido.

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº389/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972

R E S O L V E:

aplicar ao permissionário PEDRO DE JESUS FERREIRA DA SILVA, portador da permissão nº 2451, a multa de Cr$ 376,00 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento.

Brasília, 21 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 390/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19 de outubro de 1 971,

R E S O L V E:

aplicar aos motoristas abaixo relacionados a pena de 3(três) dias de suspensão, contados a partir da data da ciência, nos termos do anexo II do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso III do artigo 56 do citado Regulamento.

P L A C A
TX-2501
NOME: Moizés Bernardo da Costa
PLACA TX — 2504
NOME: José Gonçalves de Oliveira

Brasília, 21 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº391/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19 de outubro de 1971,

R E S O L V E:

aplicar aos permissionários abaixo relacionados a pena de "advertência", nos termos do anexo I do Regulamento do disposto no inciso XIII do artigo 56 do citado Regulamento.

PLACA TX — 0443
NOME: Reinaldo Francisco de Almeida
PERMISSÃO 0682
PLACA: TX—1782
N O M E Jonas de Abreu e Silva
PERMISSÃO 2511

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 392/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972,

R E S O L V E:

aplicar ao permissionário AGRIPINO ALVES QUEIROZ, portador da permissão nº 1783, a multa de Cr$ 376,00 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento . (1º. reincidência).

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 383/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº. 015/SSP, de 19.10.71, combinado com artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972.

RESOLVE:

aplicar ao permissionário JOSE ARAUJO DE SOUSA, portador da permissão nº. 0886, a multa de Cr$ 376,00 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no incido IV do artigo 58 do citado Regulamento. (1º. reincidência).

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 386/74-DCP

Ô DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº. 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2 111, de 28 de novembro de 1972,

RESOLVE:

aplicar aos permissionários abaixo relacionados a multa no valor de Cr$ 188,00 (CENTO E OITENTA E OITO CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulaento aprovado pela Portaria nº. 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento.

PLACA TX TX—1277
NOME: Bell Táxi Ltda.
PERMISSAO: 1446
PLACA: TX—1797
NOME: Manoel Lopo Montalvão
PERMISSAO: 1685

PLACA: TX—2586
NOME: Luiz José Gonçalves de Mello
PERMISSAO: 2200

Brasília, 28 de junho de 1 974
JOAO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 387/74 - DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº. 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972,

RESOLVE:

aplicar ao permissionário MANOEL LOPO MONTALVAO, portador da permissão nº. 1685, a multa de Cr$ 376,00 (TREZENTOS E SETENTA E SEIS CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento. (1ª reincidência)

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOAO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 388/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições qúe lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº. 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV,do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2 111, de 28 de novembro de 1972,

RESOLVE:

aplicar aos permissionários abaixo relacionados a multa no valor de Cr$ 188,00 (CENTO E OITENTA E OITO CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento.

PLACA: TX—0443
NOME: Reinaldo Francisco de Almeida
PERMISSAO: 0682

PLACA: TX—2428
NOME: Bell Táxi Ltda.
PERMISSAO: 1947

Brasília, 21 de junho de 1 974

JOAO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº384/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições que lhe confere, o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972,

R E S O L V E:

aplicar à permissionária BELL TAXI LTDA., portadora da permissão nº 1946, a multa de Cr 188,00 (CENTO E OITENTA E OITO CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento.

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº385/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972,

R E S O L V E:

Aplicar à permissionária BELL TAXI LTDA., portadora da permissão nº 2116, a multa de CRr 188,00 (CENTRO E OITENTA E OITO CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento.

Brasília, 28 de junho de 1 974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSOES E PERMISSOES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 395/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19 de outubro de 1971,

RESOLVE:

aplicar ao motorista do táxi placa nº TX-2799, BERNARDINO OLIVEIRA DOS SANTOS a pena de "advertência", nos termos do anexo II do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso XXXII do artigo 56 do citado Regulamento.

Brasília, 28 de junho de 1974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 393/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, combinado com o artigo 31, inciso IV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2 111, de 28 de novembro de 1972,

RESOLVE:

aplicar ao permissionário JOÃO BRAZ TOMÉ, portador da permissão nº 1719, a multa de Cr$ 752,00 (SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS CRUZEIROS), nos termos do anexo I do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso IV do artigo 58 do citado Regulamento (2a. reincidência).

Brasília, 28 de junho de 1974

JOÃO EPHIGENIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 394/74-DCP

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 51 do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19 de outubro de 1971,

RESOLVE:

aplicar aos motoristas abaixo relacionados a pena de "advertência", nos termos do anexo II do Regulamento aprovado pela Portaria nº 015/SSP, de 19.10.71, por infração do disposto no inciso XIII do artigo 56 do citado Regulamento.

PLACA	NOME
TX-0420	José Vitor Alves da Costa
TX-0717	Aredio Mesquita Ribeiro
TX-1567	Moisés Matos Alencar
TX-1752	Amadeu Antonio de Araújo
TX-2247	Moacir Rodrigues
TX-2430	Paulo Roberto de Souza
TX-2456	Raimundo Trindade Filho
TX-2461	Euclides Pinto Aguiar
TX-2498	Milton Pessoa de Souza
TX-2615	Antonio Xisto Raposo do Nascimento
TX-2943	Cláudio Alves Florentino Cabral
TX-3014	Protásio Antonio Filho

Brasília, 28 de junho de 1974
JOÃO EPHIGÊNIO FERREIRA
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES
DIRETOR

SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

Processo nº 142651/74
Interessado : NICANOR DE ARAUJO BARRETO
Assunto : Reconhecimento de dívida.
Tendo em vista o que consta do presente processo e nos termos do Decreto Federal nº 62 115 de 1968, RECONHEÇO a dívida no valor de Cr 1.307,69 (um mil trezentos e sete cruzeiros e sessenta e nove centavos), em favor de NICANOR DE ARAUJO BARRETO, relativa a despesa de exercício findo.
À D.A. para fins de publicação
Brasília, 4 de julho de 1974
PAULO CESAR CUNTIN FILPO
Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Superintendente.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO "DA", DE 28 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, no uso das suas atribuições regimentais e tendo em vista os termos da ORDEM DE SERVIÇO n0 03/73-SLU, de 31 de janeiro de 1973, e ainda, o constante dos processos nº.s 214509/73 e 142916/74,

RESOLVE:

RESCINDIR, POR JUSTA CAUSA, a partir desta data, o Contrato de Trabalho com GENÉSIO BERNARDES GOMES, Motorista, EP—09, matrícula nº. 70.309 da TEP/SLU.

Brasília, 28 de junho de 1974
MANOEL MARQUEZ DA CRUZ
Divisão de Administração
Diretor Substituto

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ATOS DO DIRETOR DE 14 DE JUNHO DE 1974

Processo nº 141717/74
Interessado: JORGE FIGUEIRA DE SOUZA
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 14 de junho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 3 de junho corrente o contrato de trabalho com JORGE FIGUEIRA DE SOUZA, Trabalhador, EP-1, matrícula 72.275-SLU.

Processo nº 142119/74
Interessado: VALDIR PEREIRA DOS SANTOS
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 14 de junho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 3 de junho corrente, o contrato de trabalho com VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Trabalhador, EP-1, matrícula 71.149-SLU.

Processo nº 142063/74
Interessado: NILSON DO NASCIMENTO
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 14 de junho de 1974 - Rescinde, por não se adaptar ao serviço, o contrato de trabalho com NILSON DO NASCIMENTO, Fiscal de Limpeza, EP-8, matrícula 70.701-SLU, a partir de 27/maio/74.

Brasília, 14 de junho de 1 974

MANOEL MARQUES DA CRUZ
Divisão de Administração
Diretor Substituto.

ATOS DO DIRETOR DE 1º DE JULHO DE 1974

PROCESSO Nº 142812/74
INTERESSADO: Manoel Luiz Souza do O
ASSUNTO: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho com MANOEL LUIZ SOUZA DO O, Trabalhador, EP-1, matrícula 72.550 - SLU.

PROCESSO Nº: 142782/74
INTERESSADO: Manoel Messias Gonçalves
ASSUNTO: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho com MANOEL MESSIAS GONÇALVES, Operador de Máquinas Leves, EP-8, matrícula 70.655-SLU.

PROCESSO Nº: 142609/74
INTERESSADO: Gustavo Lopes Martins
ASSUNTO: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho com GUSTAVO LOPES MARTINS, Trabalhador, EP-1, matrícula 70.341-SLU.

PROCESSO Nº: 142413/74
INTERESSADO: Antonio Moreira do Nascimento
ASSUNTO: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho com ANTONIO MOREIRA DO NASCIMENTO, Trabalhador, EP-1, matrícula 72.516-SLU.

PROCESSO Nº: 142588/74
INTERESSADO: José Salvino de Queiroz
ASSUNTO: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974 - Rescinde, a pedido, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho com JOSE SALVINO DE QUEIROZ, Trabalhador, EP-1, matrícula 71.630-SLU.

PROCESSO Nº 142743/74
Interessado: MOISÉS BISPO DA CRUZ
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974-Rescinde, a pedido, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho con MOISES BISPO DA CRUZ Trabalhador, EP-1, matrícula 72.512-SLU.

PROCESSO Nº: 141248/74
Interessado: JOSÉ MIGUEL RODRIGUES
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 1º de julho de 1974- Rescinde, por término de contrato, a partir de 24 de junho do corrente ano, o contrato de trabalho com JOSÉ MIGUEL RODRIGUES, Trabalhador, EP-1, matrícula 72.481-SLU.

PROCESSO Nº: 142926/74
Interessado: JOSÉ MARTINS ARAUJO
Assunto: Ordem de Serviço "DA", de 1º, de julho de 1974 - Rescinde, por motivo de aposentadoria, a partir de 24 de junho do corrente ;ano, o contrato de trabalho com JOSÉ MARTINS ARAUJO, Trabalhador, EP-1, matrícula 70. 555—SLU
24 de junho do corrente ,ano, o contrato de Trabalho com JOSÉ MARTINS ARAUJO: Trabalhador, EP-1, matrícula 70.555-SLU.
Brasília, 1º de julho de 1974
MANOEL MARQUES DA CRUZ
Diretor Substituto

DIVISÃO OPERACIONAL

ATOS DO DIRETOR

ATOS DO DIRETOR DE : 02 DE JULHO DE 1974

Interessado: JOAQUIM HELENO DA COSTA
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº 068/74 - DO : ADVERTE pelo não cumprimento da Ordem de Serviço Interna nº 02/73-DO, o empregado JOAQUIM HELENO DA COSTA, matrícula 72.312, Motorista EP.09 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, tendo em vista o que consta da leitura OFICIAL de tacógrafos, referente ao período de 17.06 a 22.06.74.

Interessado: ROGERIO BISPO DE SOUZA
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº 069/74 - DO: SUSPENDE por 03 (três) dias, o empregado REGERIO BISPO DE SOUZA, matrícula 70.796, Trabalhador EP.01 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, pelos motivos contidos no O.I. nº 130/74 - DMC.

SERGIO ANTONIO GARCIA ALVES
Divisão Operacional
Diretor

ATO DO DIRETOR DE 14 DE JUNHO DE 1974
Interessado: MANOEL DIAS CAVALCANTE
Assunto: ORDEM DE SERVIÇO Nº 064/74 - DO: SUSPENDE por 03 (três) dias, o empregado MANOEL DIAS CAVALCANTE, matrícula 72.072, Motorista EP.09 da TEP/SLU, lotado no Distrito Metropolitano de Coleta, tendo em vista o que consta do O.I. nº 113/74 - DMC.

ATO DO DIRETOR DE: 24 DE JUNHO DE 1974
INTERESSADO: JOÃO JOSÉ FERREIRA
ASSUNTO: ORDEM DE SERVIÇO Nº 065/74 - DO: SUSPENDE por 05 (cinco) dias, o empregado JOÃO JOSÉ FERREIRA, matrícula 70.412.

ATOS DO DIRETOR DE 28 DE JUNHO DE 1974

INTERESSADO: FRANCISCO DAS CHAGAS DAMASCENO SOBRINHO
ASSUNTO: ORDEM DE SERVIÇO Nº 066/74 — DO: ADVERTE pelo não cumprimento da Ordem de Serviço Interna nº. 02/73-DO, o empregado FRANCISCO DAS CHAGAS DAMASCENO SOBRINHO, matrícula 72.113 Motorista EP.09 da TEP/SLU, lotado no Distrito de Limpeza de Taguatinga, tendo em vista o que consta da leitura OFICIAL de tacógrafos, referente ao período de 10.06 a 17.06.74.

INTERESSADO: VALDEMAR LOPES DE PAULA
ASSUNTO: ORDEM DE SERVIÇO Nº. 067/74 — DO: ADVERTE pelas constantes faltas ao serviço, o empregado VALDEMAR LOPES DE PAULA, matrícula 72.400, Trabalhador EP.01 da TEP/SLU, lotado no Distrito de Limpeza do Gama, conforme O.I. nº. 097/74 — DLG.
SÉRGIO ANTONIO GARCIA ALVES
Divisão Operacional
Diretor

ESTAÇÃO RODOVIÁRIA

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 014/74 - AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 1765, de 05/08/71

RESOLVE:

Designar CLIZIA DE BELLI REIS, Técnica de Contabilidade EP/14 da TEP/AERB, para substituir a EUNILIO DE OLIVEIRA, como membro da Comissão de Licitação.

Brasília, 20 de junho de 1974
UBIRAJARA ARAUJO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 015/74 - AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 1765, de 05/08/71

RESOLVE,

Designar JOÃO SANTANA, para substituir o Almoxarife e Secretário da Comissão de Licitação, durante o seu afastamento para gozo de férias, no período de 17/06 a 12/07/74
Brasília , 20 de junho de 1974
UBIRAJARA ARAUJO
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº.: 016 — AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇ7AO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASILIA, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 13 do capítulo III das Normas para Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 1974, aprovadas pelo decreto 2.504 de 28/12/73,

RESOLVE:

Fica o Serviço Financeiro da Administração da Estação Rodoviária de Brasilia, autorizado a movimentar os valores correspondentes aos elementos de despesas constantes do quadro anexo, no 3º. trimestre de 1974, de acordo com a Programação Anual de Trabalho aprovada pelo Decreto 2.541 de 11/02/74 e publicada no Distrito Federal de 13/02/74.

Brasília, 02 de julho de 1974
UBIRAJARA ARAUJO
Superintendente

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 016 de 02/07/74

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SERVIÇO FINANCEIRO

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS

AERB 2.040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA

3.1.1.1 - Pessoal Civil	270.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo	30.000,00
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	105.000,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos	3.750,00
3.2.3.0 - Transferencia de Assistência e Previdência Social	12.000,00
3.2.5.0 - Contribuições de Previdência Social	32.400,00
3.2.7.0 - Diversas Transferências Correntes	18.000,00
4.1.1.0 - Obras Públicas	50.000,00
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	5.000,00
4.1.4.0 - Material Permanente	5.000,00
	531.150,00

Clizia de Belli Reis
CHEFE DO SEVIÇO FINANCEIRO - AERB
SUBSTITUTA

A. E. R. B.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR-GERAL

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 119 DE 17 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01725 74-DER-DF.

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado FABRICIO CORREIA DE SOUZA NETO, Auxiliar de Administração, nível EP-07, matrícula nº 91.174-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estadas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 17 de junho de 1974.

Brasília, DF, 17 de junho de 1974

ENG. LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em exercício

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 120 DE 18 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01585 74-DER-DF.

RESOLVE:

Rescindir, o contrato de trabalho com o empregado JOSE RODRIGUES ZEFERINO, Pintor nível EP-O6, matrícula nº 91.787-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estadas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 17 de junho de 1974.

Brasília, DF, 18 de junho de 1974.

ENG. LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exercício

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 121 DE 19 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01774 74-DER-DF,

RESOLVE:

Rescindir, o contrato de trabalho com o empregado JONAS GONÇALVES DA PAIXÃO, Motorista, nível EP-07, matrícula nº 90.149-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departaemnto de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 20 de junho de 1974.

Brasília, DF, 19 de junho de 1974

Engº. LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exercício

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 122 DE 20 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01726 74-DER-DF.

RESOLVE:

Designar o servidor DIOGO RODRIGUES BORGES, Técnico de de Contabilidade, nível EP-12, matrícula nº 01525-GDF, para substituir o Assistente da Junta de Controle, durante o período de suas férias, a partir de 08 de junho de 1974. Brasília, DF, 20 de junho de 1974

Engº. LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exercício

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 123 DE 21 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01775 74 - DER-DF

RESOLVE:

Alterar o bloqueio do servidor ODILIO AMÉRICO DE CASTRO, Trabalhador, nível 01, matrícula nº 01448-GDF, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, de Guarda, nível EP-03, para Trabalhador, EP-01, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 21 de junho de 1974.

Brasília, DF, 21 de junho de 1974

ENGº LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exercício

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 124 DE 21 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01782/74-DER-DF.

RESOLVE:

Rescindir, o contrato de trabalho com o empregado ANTONIO JOSÉ LOPES DE BARROS, Guarda, nível EP-03, matrícula nº 91.382-C, da Tabela de Empregos Permanantes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal DF, a partir de 21 de junho de 1974.

Brasília, DF, 21 de junho de 1974

ENGº LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exerciocio

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 125 DE 21 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01 781 74-DER-DF,

RESOLVE:

Rescindir, o contrato de trabalho com o empregado VALDIVINO LIMA DE ANDRADE, Guarda, nível EP-03, matrícula nº 91.415-C, da Tabela de Empregos Permantentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 21 de junho de 1974.

Brasília, DF, 21 de junho de 1974

ENGº LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exercicio

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 126 DE 21 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01789 74-DER-DF,

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado JOÃO ALVES DA SILVA, Trabalhador, nível EP-01, matrícula nº 91.710-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de estradas de Rodagem do Distrito Federal DER-DF, a partir de 24 de junho de 1974

Brasília, DF, 21 de junho de 1974.

ENGº LEONARDO LEITE PRAÇA
Diretor Geral em Exercicio

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 127 DE 28 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01784/74-DER-DF,

RESOLVE:

Designar, WILMO ATEMIO RITTER, Encarregado Mecânico de Motôres a Combustão, Símbolo EC-13, matrícula 90183-C, da Tabela de Empregos em Comissão-TEC, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal-DER-DF, para substituir o servidor José Alpiano Pereira, Encarregado de Obras, Símbolo EC-12, durante suas férias regulamentares, no período de 03-06 a 28-06-74.

Brasília, DF, 28 de junho de 1974
Engº NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 128 DE 28 DE JUNHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01857/74-DER-DF.

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado MANOEL RODRIGUES DA SILVA, Motorista, nível EP-07, matrícula nº 91.371-C, da Tabela de Empregos Permanentes-TEP, do Departamento, de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 01 de julho de 1974,

Brasília, DF, 28 de junho de 1974
Engº NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 129 DE 01 DE JULHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artiGO /(- DO Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01869/74 - DER - DF.

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, o contrato de trabalho com o empregado OMAR BENTO VIEIRA, Motorista, nível EP-07, matrícula nº 90.124-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 01 de julho de 1974.

Brasília, DF, 01 de julho de 1974
Engº NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 130 DE 01 DE JULHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965,

RESOLVE:

Autorizar os servidores: JOÃO BAPTISTA NORMANHA NOVAES, Assistente do Diretor Geral, matrícula 17.753, e GETÚLIO RIBEIRO DA SILVA, Motorista, matrícula 91.140, a viajarem a cidade de Goiânia-Go, no dia 02 de julho de 1974, a serviço deste Departamento.

Brasília, DF, 01 de julho de 1974
Engº NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 131 DE 02 DE JULHO DE 1974

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item IX, do artigo 39, do Regimento aprovado pelo Decreto "N" Nº 465, de 10 de dezembro de 1965 e tendo em vista o constante do processo nº 01790/74-DER-DF,

RESOLVE:

Rescindir, o contrato de trabalho com o empregado AFONSO VICENTE DO NASCIMENTO, Operador de Máquinas Pesadas, nível EP-08, matrícula nº 90.686-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 01, de julho de 1974.

Brasília, DF, 02 de julho de 1974
Engº NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR GERAL DO DER-DF

SERVIÇO DO PESSOAL

CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PRORROGAÇÃO - Artigos 93, 97 e 99 Lei 1711/52

MATRÍCULA: 01438

SERVIDOR: MARIA DE PAULA LIMA

PERÍODO DE: 15.06.74 a 30.06.74

LAUDO MÉDICO: 1160/74-SM

Brasília, DF, 02 de julho de 1974

RAIMUNDO BARBOSA DA COSTA
Chefe do Serviço do Pessoal - DER-DF.

CONSELHO RODOVIÁRIO

Ata da 364a. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos quatro dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Areas Isoladas Norte - Bloco C, Brasília-DF. conselheiros presentes, Joffre Mozart Parada,, Aloysio de Carvalho Silva, Cláudio Roberto Diniz Starling, Geraldo Rodrigues dos Santos, João da Cruz Pimenta e Sylvio Mendes Campos, tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. ABERTURA DA SESSAO E LEITURA DA ATA: As dez horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas da 612a. e 63a. reunião da Junta de Controle do DER—DF, bem como dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. ORDEM DO DIA: Não houve. ASSUNTOS DIVERSOS Foram discutidos assuntos técnico-administrativos de interesse do Departamento. ENCERRAMENTO: As onze horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada plo Sr. Presidente, por mim que a secretarei e pelos Srs. Conselheiros presentes.

Presidente
JOFFRE MOZART PARADA
Secretário
JOAO DANIEL DE SOUZA QUEIROZ
Conselheiros
ALOYSIO DE CARVALHO SILVA
CLAUDIO ROBERTO DINIZ STARLING
GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS
JOAO DA CRUZ PIMENTA
SYLVIO MENDES CAMPOS

ATA da 365a. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos onze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte - Bloco C, Brasília-DF. CONSELHEIROS PRESENTES: Joffre Mozart Parada, Aloysio de Carvalho Silva, Cláudio Roberto Diniz Starling, Geraldo Rodrigues dos Santos João da Cruz Pimenta e Sylvio Mendes Campos, tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. ABERTURA

DISTRITO FEDERAL

Bancas de Jornais e Revistas na Avenida W/3, Plano Piloto, em que podem ser adquiridos exemplares do **DISTRITO FEDERAL:**

CASA DO PEQUENO POLEGAR - Av. W/3, Q. 509.

BANCA PREDIAL-BRASÍLIA - Do sr. Francizek Limach. Quadra 502, ao lado da Inca S/A.

BANCA J. SILVA - Do sr. José Lindolfo da Silva. Quadra 504, ao lado da Drogaria Carioca.

BANCA DOM BOSCO - Do sr. Antônio Barbosa, quadra 506 ao lado da Padaria Dom Bosco.

BANCA BANCO FRANCÊS - Do sr. Divino Rodrigues Faria. Quadra 507, ao lado do Banco Frances.

BANCA CRUZEIRO DO SUL - Do sr. Miguel Dante, Quadra 507, ao lado da Caixa Econômica.

BANCA BRASÍLIA - Do sr. Raimundo Caiado. Quadra 508, ao lado dos Correios e Telégrafos.

EDIFÍCIO DO I.R.B. - Setor de Autarquias Sul - andar térreo.

BANCA MARIA GARCIA SILVA - SQ-303.

BANCA SAN FRANCESCO DI PAOLA - SQS-312.

BANCA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - AV. W-3, Quadra 510 - Entre os blocos B e C.

DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: Às dez horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas da 614a. e 615a. reuniões da Junta de Controle do DER-DF, bem como dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos: ORDEM DO DIA: Processo no. 01639/74 - referente ao Relatório de Atividades do DER-DF exercício de 1973. - Distribuído ao Conselheiro Sylvio Mendes Campos, para relatar. ASSUNTOS DIVERSOS: O Sr. Presidente, de conformidade com o disposto nas Alíneas "c" e "d", do Art. 4o,, do Regimento Interno deste Conselho, aprovado pelo Decreto "N" no. 533, de 19/10/66 e alterado pelo Decreto no. 2.040, de 06/09/72, convocou uma reunião extraordinária a ser realizada às 10 (dez) horas da próxima segunda-feira, (17/06/74), a fim de que o Conselho possa apreciar o Processo acima referido, bem como agradecer ao Engo. Cláudio Roberto Diniz Starling, Diretor-Geral do DER-DF, pelos bons serviços prestados a este Colegiado durante o longo período de seu mandato. ENCERRAMENTO: Às doze horas e dez minutos, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Conselheiros presentes.
PRESIDENTE: Joffre Mozart Parada
SECRETÁRIO: João Daniel de Souza Queiroz

CONSELHEIROS: Aloysio de Carvalho Silva
Cláudio Roberto Diniz Starling
Geraldo Rodrigues dos Santos
João da Cruz Pimenta
Sylvio Mendes Campos

ATA pa 24a. Reunião Extraordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos dezesseis dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte- Bloco "C" - Brasília-DF. CONSELHEIROS PRESENTES: Joffre Mozart Parada, Aloysio de Carvalho Silva, Geraldo Rodrigues dos Santos, João da Cruz Pimenta, Sylvio Mendes Campos e Leonardo Leite Praça, substituindo o Diretor-Geral do DER-DF, tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. Como convidado especial, se fez presente à reunião, o Engo. Cláudio Roberto Diniz Starling. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: Às dez horas, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. ORDEM DO DIA: 1) Processo no. 01639/74 - referente ao Relatório de Atividades do DER-DF - exercício de 1973. - DECISÃO: O Conselho, pelo exame do parecer do Conselheiro Sylvio Mendes Campos e de acordo com o disposto no Insico VI, do Art. 5o. do Decreto "N", no. 464, de 10.12.65, decidiu, por unanimidade, opinar pela aprovação do Relatório de Atividades do DER-DF, relativo ao exercício de 1973, constante do processo em epígrafe. 2) O Diretor-Geral do DER-DF, deu conhecimento ao Conselho que estava encaminhando à Secretaria do Governo a proposta orçamentária anual e plurianual referente aos exercícios - 1975/77, a fim de dar cumprimento ao Ofício no. 286/74-GAB-SEG. Outrossim, esclareceu que se trata de proposta orçamentária e que os recursos nela consignados não foram previamente estabelecidos pelo Governo do Distrito Federal, refletindo apenas uma situação desejada pelo Departamento e elaborada com a participação de todos os órgãos executivos do DER-DF. ASSUNTOS DIVERSOS: O Sr. Presidente, usando da palavra, agradeceu em nome do Conselho ao Engo Cláudio Roberto Diniz Starling, pelo brilhante desempenho de suas atribuições como integrante deste Colegiado, salientando nesta oportunidade a inescurecível dedicação e o zelo constante com que sempre soube conduzir os seus trabalhos na Direção Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na qual esteve desde abril de 1967. Em seguida, o Engo. Cláudio Roberto Diniz Starling, agradecendo as palavras elogiosas que lhe foram dirigidas, disse da satisfação e honra de ter participado, nesse longo período, de tão ilustre Colegiado, e que essa convivência amiga sempre o ajudou no fiel cumprimento das tarefas que lhe foram confiadas, como Membro Nato deste Conselho e Diretor-Geral do DER-DF. Portanto, aqui deixava o seu sincero agradecimento aos integrantes deste Egrégio Conselho, extensivo a todos os funcionários do Departamento, que direta ou indiretamente, contribuiram nessa missão honrosa e sem os quais o cumprimento dessas tarefas se tornaria inexequível. ENCERRAMENTO: Às doze horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr, Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Conselheiros presentes.
PRESIDENTE: Joffre Mozart Parada
SECRETÁRIO: João Daniel de Souza Queiroz
CONSELHEIROS: Aloysio de Carvalho Silva
Geraldo Rodrigues dos Santos

João da Cruz Pimenta

Sylvio Mendes Campos
Leonardo Leite Praça

ATA da 366a. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte Bloco C Brasília DF. CONSELHEIROS PRESENTES: Joffre Mozart Parada, Aloysio de Carvalho Silva, Geraldo Rodrigues dos Santos, João da Cruz Pimenta, Sylvio Mendes Campos e Leonardo Leite Praça, substituindo o Diretor-Geral do DER-DF tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: As dez horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas da 616a. e 617a. reuniões da Junta de Controle do DER DF, bem coma dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. ORDEM DO DIA: Não houve. ASSUNTOS DIVERSOS: Foram discutidos assuntos técnico-administrativos de interesse do Departamento. ENCERRAMENTO: As doze horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Conselheiros presentes.
PRESIDENTE: JOFFRE MOZART PARADA
SECRETARIO: JOÃO DANIEL DE SOUZA QUEIROZ
CONSELHEIROS: ALOYSIO DE CARVALHO SILVA
GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS
JOÃO DA CRUZ PIMENTA
SYLVIO MENDES CAMPOS
LEONARDO LEITE PRAÇA

JUNTA DE CONTRÔLE DO D.E.R. - DF.

ATA DA 618º REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

Aos quatorze dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas, realizou-se a 618º. reunião da Junta de Controle do DER—DF, sob a Presidência do Sr. José Carlos Giovanini e com a presença dos senhores membros Diogo Rodrigues Borges e José Wellington do Amaral Brito. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse a leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. A seguir, foram apresentados para exames os seguintes processos: 00.007/74, 00.388/74, 00.487/74, 00.547/74, 00.576/74, 00.654/74, 00.662/74, 00.697/74, 00.736/74, 00.743/74, 00.754/74, 00.775/74, 00.795/74, 00.835/74, 00.885/74, 00.890/74, 00.899/74, 01.050/74, 01.057/74, 01.356/74; os quais, depois de examinados e conferidos, tiveram encaminhamentos de rotina. As dezessete horas nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Niuzete Barros de Aquino, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr, Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Conselheiros presentes.
PRESIDENTE: Joffre Mozart Parada
SECRETÁRIO: João Daniel de Souza Queiroz
CONSELHEIROS: Aloysio de Carvalho Silva
Geraldo Rodrigues dos Santos

João da Cruz Pimenta

Sylvio Mendes Campos
Leonardo Leite Praça

ATA da 366a. Reunião Ordinária do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, realizada aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, no Edifício Sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, situado no Setor de Áreas Isoladas Norte Bloco C Brasília DF. CONSELHEIROS PRESENTES: Joffre Mozart Parada, Aloysio de Carvalho Silva, Geraldo Rodrigues dos Santos, João da Cruz Pimenta, Sylvio Mendes Campos e Leonardo Leite Praça, substituindo o Diretor-Geral do DER-DF tendo como Secretário o servidor João Daniel de Souza Queiroz. ABERTURA DA SESSÃO E LEITURA DA ATA: As dez horas e trinta minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão e determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. EXPEDIENTE: O Conselho tomou conhecimento das Atas da 616a. e 617a. reuniões da Junta de Controle do DER DF, bem coma dos relatórios que as acompanhavam, tendo o Sr. Presidente determinado seus respectivos arquivamentos. ORDEM DO DIA: Não houve. ASSUNTOS DIVERSOS: Foram discutidos assuntos técnico-administrativos de interesse do Departamento. ENCERRAMENTO: As doze horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, João Daniel de Souza Queiroz, lavrei a presente Ata que, aprovada, vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Conselheiros presentes.
PRESIDENTE: JOFFRE MOZART PARADA
SECRETARIO: JOÃO DANIEL DE SOUZA QUEIROZ
CONSELHEIROS: ALOYSIO DE CARVALHO SILVA
GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS
JOÃO DA CRUZ PIMENTA
SYLVIO MENDES CAMPOS
LEONARDO LEITE PRAÇA

ATA DA 619º. REUNIAO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

Aos dezoito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas, realizou-se a 619ª. reunião da Junta de Controle do DER-DF, sob a Presidência do Sr. José Carlos Giovanini e com a presença dos senhores membros Diogo Rodrigues Borges e José Wellington do Amaral Brito. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que posta em discussão, foi aprovada. A seguir, foram apresentados para exames os seguintes processos: 03.197 73, 03.237 73, 00.237 74, 00 733 74, 00.747 74, 00.774 74, 00.776 74, 00.789 74, 00.816 74 00.817 74, 00.818 74, 00.820 74 00.838 74,00.868 74, 00.874 74 01.088 74, 01.181 74, 01 274 74 01.340 74, 01.413 74, 01.581 74. Os processos de nºs 01.413 74 e 01.581 74, relativos às prestações de Contas de Adiantamentos concedidos aos Srs. Jocires Maciel Pires e Gláucio Xavier nos valores de Cr$ 20.000,00 e Cr$ 200 00 foram encaminhados ao Diretor-Geral com pareceres conclusivos da Junta para baixas de responsabilidades dos servidores: os demais tiveram encaminhamentos de rotina. As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu Niuzete Barros de Aquino, secretária ad hoc lavrei a presente Ata que lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo Sr. Presidente e membros presentes.
Niuzete Barros de Aquino
Secretária ad hoc.

José Carlos Giovanini
Presidente
Diogo Rodrigues Borges
Membro
José Wellington do A. Brito
Membro

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ATA DA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOSTOS DE BRASILIA- CAESB, REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS E SETENTA E QUATRO.

Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00082024 001.

As quinze horas do dia trinta de abril de mil novecentos e setenta e quatro, na sede da Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, em Brasília, Distrito Federal, previamente convocados, reuniram-se os Acionistas da Empresa em Assembléia Geral Ordinária. Aberta a sessão, assumiu a Presidência dos trabalhos, na forma do Artigo 26, parágrafo 2º dos Estatutos, o Engenheiro Lúcio Gomide Loures, Superintendente da CAESB, que convidou a mim, Maria de Lourdes Almeida Campos para Secretária "ad-hoc". Verificadas as assinaturas no "Livro de Presença dos Acionistas", às fls. 6, foi constatado o comparecimento do Acionista Governo do Distrito Federal, detentor majoritário de ações com direito a voto e subscritor de 2.131.346 (dois milhões, cento e trinta e um mil, trezentos e quarenta e seis) ações ordinárias nominativas, representado pelo Procurador Geral do Distrito Federal, Doutor Pedro José Xavier Mattoso, que expressou sua satisfação por estar, pela primeira vez, participando desta Assembléia. A seguir, foram lidos pela Secretaria o Aviso de que trata o Artigo 99 do Decreto-lei nº 2.627, de 26-09-1940 (Lei das Sociedades por Ações), e o Edital de Convocação, publicado nos jornais "Correio Braziliense", "Jornal de Brasília" e "Diário de Brasília, edições de 20, 21 e 22 de abril de 1974, e no "Distrito Federal", edições de 24 e 25 de abril de 1974, no seguinte teor: "O Superintendente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB, usando da atribuição que lhe confere o artigo 16, parágrafo II, dos Estatutos Sociais da Empresa, convoca os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 30 (trinta) de abril de 1974, às 15:00 horas, em sua sede social, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs 67 a 97, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 — Apreciação do Relatório, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 1973; 2 — Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; 3 — Outras assuntos de interesse social da Companhia. Brasília, 19 de abril de 1974". Usando da palavra, o representante do Acionista "Distrito Federal" dispensou a leitura dos demais documentos, considerando a sua divulgação em órgãos da imprensa oficial e particular. Posto em discussão o Item 1 da Ordem do Dia — Apreciação do Relatório, Balanço Geral, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de1973, o representante do Acionista "Distrito Federal", de acordo com o Parecer da Auditoria da Secretaria de Finanças, constante de fls.26 a 45 do processo nº 14.503/74 do Parecer do Conselho Fiscal da CAESB e,ainda, tendo em vista exame procedido pela Procuradoria Geral, pronunciou-se favorávelmente à aprovação dos aludidos documentos. Colocado em discussão o Item 2 da Ordem do Dia, referente à eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, a Assembléia Geral, aprovando proposição do representante do Acionista "Distrito Federal", reelegeu, por maioria absoluta, para membros efetivos do Conselho Fiscal os senhores OCTÁVIO LEITE DE SOUZA e ROQUE SEBASTIÃO LAGE, e elegeu o senhor LORVAN DE ALMEIDA MOURA, brasileiro, solteiro, Contabilista, natural de Conceição da Aparecida, Estado de Minas Gerais, residente à SQS. 411, bloco "D", apartamento nº 204, Carteira de Identidade nº 79.939-DFSP-DF, CPF nº 0009435331 e, para membros suplentes, elegeu os senhores DANIEL EDUARDO GARCIA AMORELLI, brasileiro, casado, advogado, natural de Formiga, Estado de Minas Gerais, residente à SQS. 103, bloco "G", apartamento nº 506, Carteira de Identidade nº 76.142-DFSP-DF, CPF nº 003176401; ODORICO HERNANI DE CARVALHO COSTANDRADE, brasileiro, casado, Técnico de Contabilidade, natural de Simplício Mendes, Estado do Piauí, residente no Acampamento "Saturnino de Brito", casa nº 03, Título de Eleitor nº 035.7C0-DF, CPF nº 03312119; e JOÃO FLÁVIO IEMINI DE REZENDE brasileiro, casado advogado, natural de Três Corações, Estado de Minas Gerais, residente à SQS 408, BLOCO F, apartamento nº 301, Carteira de Identidade nº 104.100 - SSP -GDF, CPF nº 00180114. Quanto à fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, a Assembléia, por proposição do representante Acionosta "Distrito Federal", decidiu manter, até deliberação posterior, a remuneração vigente, fixada na Segunda Assembléia Geral Ordinária, de 28 de abril de 1971, com as mesmas restrições. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão o Item 3 da Ordem do Dia: "Outros assuntos de interesse social da Companhia". Examinado o processo nº 00343 74, relativo à alienação de veículos de propriedade da CAESB, considerados antieconômicos, o representante do Acionista "Distrito Federal" pediu vistas, para posterior decisão. Em seguida, a Assembléia aceitou o pedido de demissão do Engº FERNANDO FERREIRA BARROS, do cargo de membro suplente do Conselho de Administração, constante do processo nº 00594 74, ficando a eleição do seu substituto para a próxima Assembléia. Das decisões da presente Assembléia Geral Ordinária não participaram os membros da Diretoria, atendendo ao disposto no artigo 100, do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da Quinta Assembléia Geral Ordinária, da qual, para constar, eu, Maria de Lourdes Almeida Campos, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelos senhores Acionistas presentes. Esta é a cópia fiel transcrita do livro próprio da Assembléia.
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador-Geral do Distrito Federal
LUCIO GOMIDE LOURES
Superintendente da CAESB
Maria de Lourdes Almeida Campos
Secretária ad-hoc
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL
CERTIDÃO
CERTIFICO que a primeira via deste documento, por despacho do Presidente da JODF, nesta data, foi arquivada sob o número. 4839
Brasília, 25 de junho de 1974
CLIMÉRIO ALVES DA GAMA
SECRETÁRIO GERAL

1º OFÍCIO DE NOTAS-Isb. [illegible]
CONFERE COM O ORIGINAL
(VE. SC.)
De Acôrdo com o art. 2º do DEC. Lei 2.143 de 25/04/1940, autentico esta fotocópia
BRASÍLIA, 1 9 JUN 1974
Escreventes Autorizados
[illegible]

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

RELAÇÃO Nº 21/74

PROCESSOS DEFERIDOS

1. Assunto: LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE
1.1 Proc. 971/74-STC
Int.: ARTUR ALBERTO ARAUJO MARWELL DE OLIVEIRA
Cargo: Auxiliar de Controle Externo "B", código TCDF-CE-012.2
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Período: 19 a 28/06/74
Fund. legal: Arts. 97, 98 e 123 da Lei nº 1.711/52
Data do despacho: 25/06/74.

2. Assunto: LICENÇA P/ TRATAMENTO DE SAUDE EM PESSOA DA FAMILIA
2.1 Proc. 989/74-STC
Int.: ANA MARIA SIMÕES GIOVANINI
Cargo: Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF-CE-012.1
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Período: 24/06 a 08/07/74
Fund. legal: Art. 106 da Lei nº 1.711/52
Data do despacho: 26/06/74.

3. Assunto: LICENÇA ESPECIAL
3.1 Proc. 787;374-STC
Int.: FRANCISCO JOSÉ GUIMARÃES NETO
Cargo: Motorista Oficial "B", código TCDF-TP-1201.5
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Decênio: 11/09/61 a 10/09/71
Fund. legal: Art. 116 da Lei nº 1.711/52
Data do despacho: 21/06/74

4. Assunto: SALÁRIO-FAMILIA
4.1 Proc. 969/74-STC
Int.: VITÓRIO DIAS NANNETTI
Cargo: Técnico de Controle Externo "B", código TCDF-CE-011.4
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Dependente: PATRICIA SANTOS NANNETTI, filha, nascida em 27 de março de 1974
Vigência: março/74
Fund. legal: Art. 138, I, da Lei nº 1.711/52
Data do despacho: 21/06/74.

5. Assunto: AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
5.1 Proc. 116/74-STC
Int.: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA RIBEIRO
Cargo: Técnica de Controle Externo "A", código TCDF-CE-011.3
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Tempo de serviço averbado:
a) 994 dias de efetivo exercício, prestados à Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 10/09/60 a 31/05/63, correspondentes a 2 anos, 8 meses e 24 dias, para fins de aposentadoria;
b) 3.823 dias de efetivo exercício, prestados ao Governo do Distrito Federal, no período de 1º/06/63 a 29/11/73, correspondente a 10 anos, 5 meses e 23 dias, para todos os efeitos legais.
Fund. Legal:
a) Art. 1º, da Lei nº 3.841, de 15/12/60;
b) Art. 80, I, da Lei nº 1.711/52, c/c o art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52
Data do despacho: 21/06/74.

5.2 Proc. 186/74-STC
Int.: MARIA BÁRBARA DA FONSECA
Cargo: Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF-CE-012.1
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Tempo de serviço averbado: 4.151 dias de efetivo exercício, prestados ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação e Cultura, no período de 26/04/62 a 31/10/67 e de 1º/11/67 a 05/09/73, respectivamente, correspondentes a 11 anos, 4 meses e 21 dias, para todos os efeitos legais.
Fund. legal: Art. 80, I, da Lei nº 1.711/52, c/c o art. 7º, I, do Decreto nº 31.922/52
Data do despacho: 25/06/74.

6. Assunto: GRATIFICAÇAO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
6.1 Proc. 116/74-STC
Int.: MARIA DE FÁTIMA PEREIRA RIBEIRO
Cargo: Técnica de Controle Externo "A", código TCDF-CE-011.3
Situação funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Valor: 10% sobre o vencimento do cargo
Vigência: a partir de 30/11/73
Fund. legal: Art. 10, parágrafo 4º, da Lei nº 4.345/64
Data do despacho: 21/06/74.

6.2 Proc. 186/74-STC
Int.: MARIA BÁRBARA DA FONSECA
Cargo: Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF-CE-012.1
Situação Funcional: Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal
Valor: 10% sobre o vencimento do cargo
Vigência: a partir de 06/09/73
Fund. legal: Art. 10, parágrafo 4º, da Lei nº 4.345/64
Data do despacho: 25/06/74.

Brasília-DF, em 28 de junho de 1974.

ATA DA 1316ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 11 dias do mês de junho de 1974, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros José Wamberto, Geraldo Ferraz e Heraclio Salles, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Jomar Maciel Pires e o Procurador-Adjunto Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1315ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do ofício nº 206/74/DS-TCB., pelo qual se comunica à Corte a exoneração do cargo de Diretor Superintendente da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda., a pedido, do Coronel R-1 Newton Braga Teixeira e a designação do Diretor Administrativo, Sr. Vicente de Paula Pinto, para responder pela Superintendência da empresa.

A seguir, submeteu à consideração do Plenário as seguintes matérias:

1- Processo nº 912/74-STC - Requerimento da Procuradora-Geral, Dra. Élvia Lordello Castello Branco, solicitando licença para tratamento de saúde, por 10 (dez) dias, a partir do dia 11 deste.- O Tribunal concedeu a licença.

2- Ofício nº 15/74-PG/PG, mediante o qual o Procurador-Adjunto Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz comunica estar assumindo a Procuradoria-Geral, em substituição à titular Dra. Élvia Lordello Castello Branco, que se afasta em licença para tratamento de saúde.

3- Processo nº 909/74-STC - Representação da Diretoria-Geral, referente a consulta sobre a continuação do pagamento de Gratificação de Representação de Gabinete aos servidores nomeados a fls. 5.- O Tribunal decidiu manter a gratificação que vinham percebendo.

4- Processo nº 910/74-STC - Representação da Diretoria-Geral referente a consulta sobre a situação da servidora Geny Soares Coelho em face do novo plano de classificação.- O Tribunal autorizou a designação da referida servidora para exercer a função de Assistente do Coordenador do Exame de Contas.

5- Ofício nº 764/74-GAG, de 6 deste, mediante o qual o Exmº. Sr. Governador solicita ao Tribunal que o servidor Augusto César José de Sousa seja colocado à disposição do Governo do Distrito Federal para exercer cargo em comissão, sem ônus para a Corte.- O Tribunal decidiu atender a solicitação.

6- Processo nº 792/74-STC - Requerimento do servidor Ari Penna Silva solicitando reconsideração de penalidade que lhe foi imposta.- O Tribunal deferiu o requerimento.

Finalmente, por proposta do Conselheiro Heraclio Salles, o Tribunal aprovou a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Marechal Eurico Gaspar Dutra e do escritor Miguel Angel Asturias.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 530/74-STC (apenso proc. nº 770/71-STC)- Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério do Exército.- O Tribunal autorizou a inspeção sugerida pela 1ª. Inspetoria Seccional, acompanhada de ofício dirigido ao novo Diretor Superintendente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

PROCESSO Nº 626/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Floracy Ribeiro da Silva;

PROCESSO Nº 627/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Anízio Pereira;

PROCESSO Nº 628/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Valdivina Morais dos Santos;

PROCESSO Nº 629/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Florinda Pereira dos Santos;

PROCESSO Nº 630/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Luzia Vieira da Silva.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 900/74-STC - Representação da Inspetoria-Geral, sugerindo medidas para o rápido atendimento das solicitações contidas nos ofícios nºs. 124 e 172/74.- O Tribunal determinou se faça expediente aos novos Secretários, solicitando o atendimento, com a brevidade possível, do que se pede nos referidos ofícios.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 511/74-STC - Termo de ocupação de área

celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Enedina Soares de Oliveira;

PROCESSO Nº 515/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Maria Rita Fernandes Rabelo;

PROCESSO Nº 517/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. José Antônio Rodrigues;

PROCESSO Nº 518/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Elpídio Soares Ferreira;

PROCESSO Nº 520/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Ana Alves de Souza;

PROCESSO Nº 521/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Cláucio da Costa Matos;

PROCESSO Nº 525/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Iguinez Conceição da Paz.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HERACLIO SALLES

PROCESSO Nº 1055/73-STC - Termo de aditamento ao convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB);

PROCESSO Nº 507/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Sebastião Gomes de Castro;

PROCESSO Nº 508/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Agostinho Ignacio Braz;

PROCESSO Nº 509/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Maria do Carmo Nóbrega.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 577/74-STC - Nota de empenho nº 066/74 e outras, emitidas pela Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 590/74-STC - Nota de empenho nº 038/74-GAG e outras, emitidas pelo Gabinete do Governador do Distrito Federal.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 620/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN).- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 670/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).- O Tribunal decidiu acolher a sugestão da Inspetoria-Geral relativa à retificação do convênio, dispensado o pedido de esclarecimento.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 583/71 - Prestação de contas da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, relativa ao exercício de 1970.- O Tribunal julgou regulares as contas dos administradores e ordenou lhes fossem expedidas as provisões de quitação.

PROCESSO Nº 344/72 - Prestação de contas da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A (SAB), relativa ao exercício de 1970.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 695/72-STC (apensos procs. nºs. 690/72-STC e 174/73) - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB);

PROCESSO Nº 757/73-STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS).

- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 327/73 - Consulta da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) sobre técnica de escrituração de "Restos a Pagar" não processados.- O Tribunal decidiu responder à consulta nos termos do voto do relator, que vai publicado, em anexo, à presente ata.

PROCESSO Nº 847/73 (apenso proc. nº 1037/73) - Termo aditivo ao contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Adrema Pitney Bowes GMBH.- O Tribunal, tomando conhecimento, decidiu solicitar à entidade os esclárecimentos indicados a fls. 17.

PROCESSO Nº 09/74 - Tomada de contas dos ordenadores de despesas da Região Administrativa I - Brasília, relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 346/74 - Ofício nº 170/74-SEA do Senhor Secretário de Administração do Distrito Federal, em que se comunica o cancelamento da nota de empenho nº 2167/73-DPC, emitida a favor da firma Kartro - Ceteco Importadora e Distribuidora S/A.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução da 2ª via da nota de empenho em questão.

PROCESSO Nº 398/74 - Balancetes financeiro e orçamentário e demonstração da receita e despesa da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referentes ao mês de abril de 1974.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais da entidade.

PROCESSO Nº 837/74-STC - Nota de empenho nº 259/74-SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 467/74-STC - Comunicação da 2ª Inspetoria Seccional sobre o não atendimento, por parte da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, da requisição ordenada pela Corte dos demonstrativos da receita e despesa relativos a fevereiro deste.- O Tribunal decidiu fossem reiterados os termos do ofício GP nº 270/74, concedendo à entidade o prazo de 10 (dez) dias para remessa dos mencionados demonstrativos, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

PROCESSO Nº 413/74 - Ofício nº 137/74, de 28 de maio último, do Sr. Diretor Administrativo e Financeiro da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, mediante o qual encaminha à Corte a relação de responsáveis daquela entidade;

PROCESSO Nº 215/74 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Gebruder Martin;

PROCESSO Nº 419/74 - Ofício nº 238/74-GS, de 31 de maio último, do Sr. Superintendente da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), mediante o qual encaminha à Corte a relação de responsáveis daquela entidade;

PROCESSO Nº 424/74 - Ofício nº 153/74, de 30 de maio último, do Sr. Diretor Executivo da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, mediante o qual encaminha à Corte a relação de responsáveis daquela entidade;

PROCESSO Nº 497/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Maria Correia de Trindade;

PROCESSO Nº 505/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Antônio Argentino;

PROCESSO Nº 506/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Theodoro de Mello;

PROCESSO Nº 616/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Erminosa Rodrigues dos Santos;

PROCESSO Nº 624/74-STC - Termo de ocupação de área

celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Helena da Silva Barbosa.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 1001/72 (apensos procs. nºs. 108/73, 534/73 e 05/74) - Termo de aditamento ao convênio celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A (SAB) e a firma Assessoria Geral de Empresas S/C Ltda.- O Tribunal, em face do que consta a fls. 88, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 194/73 - Prestação de contas da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), relativa ao exercício de 1971.- O Tribunal decidiu acolher as sugestões da Inspetoria-Geral de fls. 26.

PROCESSO Nº 76/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa e do agente de material do Gabinete do Governador do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal determinou nova diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 182/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER), relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 321/74 - Balancetes financeiro e patrimonial e demonstrativo de despesa e receita, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), relativos ao mês de março de 1974;

PROCESSO Nº 336/74 - Balancete de vetificação da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), relativo ao mês de março de 1974;

PROCESSO Nº 379/74 - Balancetes financeiro, orçamentário e patrimonial da Fundação Cultural do Distrito Federal, relativos ao mês de março de 1974;

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais das entidades.

PROCESSO Nº 416/74 - Ofício nº 15/74-PR, de 28/5/74, do Senhor Presidente da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, mediante o qual encaminha relação de materiais permanentes adquiridos no mês de março último;

PROCESSO Nº 421/74 - Convênio de cooperação técnica celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Prefeitura Municipal de Santa Helena de Goiás - Go.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA' Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
Heraclio Salles
Jesus da Paixão Reis
Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz

A N E X O

VOTO do Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis no processo nº 327/73, cujo julgamento consta da presente ata, referente à consulta da NOVACAP sobre técnica de escrituração de "Restos a Pagar" não processados.

"A 6 de dezembro último, a Auditoria da Secretaria da Fazenda, do GDF, expediu ofício-circular aos srs. Superintendentes das entidades da administração descentralizada, recomendando que, em observância ao Decreto-lei nº 836/69, fossem os "Restos a Pagar" distinguidos em processados e não processados.

Segundo o documento, constituem "Restos a Pagar":

"a) - Processados:

1.- Os "Restos a Pagar - Não Processados", vindos do Balanço de 1971 liquidados e não pagos em 1972;

2.- os "Restos a Pagar - Processados", vindos do Balanço de 1971, não pagos em 1972;

3.- o saldo de "Credores por Liquidação", ou outro título equivalente, que represente os empenhos do exercício/72, liquidados e não pagos.

b) - Não Processados

1.- os "Restos a Pagar - Não Processados", vindos do Balanço de 1971, não liquidados em 1972 (continuarão como Restos a Pagar-Não Processados, no Balanço de 31-12-72).

Nota: Sugerimos ser examinado o prazo concedido para liquidação da despesa e, caso já se tenha vencido, achamos deva ser o empenho cancelado.

2.- o saldo de "Credores por Empenho", ou outra conta equivalente, que corresponda aos empenhos não liquidados, do exercício de 1972.

Nota: não existe "Restos a Pagar - Não Processados" para pessoal e transferência (§ 1º, do art. 4º, do Decreto-lei 836/69)".

- II -

Para que houvesse uma apuração realística de resultado econômico do exercício, aconselhava mais que fossem os "Restos a Pagar - Não Processados", levados a débito da conta "Devedores por Empenho a Liquidar", em contrapartida com "Variações Patrimoniais Ativas", com o que passariam a figurar no Ativo os direitos da "azienda", referentes àqueles débitos, alterando-se, do mesmo valor, a Variação Patrimonial Ativa.

Para melhor exposição técnica e informativa, continuava o documento, deverão os "Restos a Pagar-Não Processados" ser distribuídos entre os vários elementos das despesas empenhadas, pois, dessa forma, tanto se orientará a Administração sobre o que falta a receber das despesas empenhadas, como permitirá sejam as contas conciliadas, verificando-se a sua exatidão, o que significa aplicação da boa técnica e desterior-nos exames, no plano contábil.

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em consequência dessa orientação, também criou a conta DEVEDORES POR EMPENHO A LIQUIDAR, referente aos valores de "Restos a Pagar - Não Processados", num montante de Cr$58.916.232,20. Com o procedimento indicado, esclarece, elevaram-se o superavit do exercício e o resultado patrimonial daquela quantia.

Em face dessas consequências e das divergências que os lançamentos suscitaram, consulta aquela Companhia a este Tribunal acerca do acerto ou desacerto da técnica contábil adotada.

Os procedimentos preconizados pela Auditoria do GDF já foram aplicados pelo DER- DF, no Balanço do exercício de 1972, que incluiu a conta "Devedores por Empenho a Liquidar" no ATIVO PERMANENTE, desdobrando-a por elementos.

É o relatório.

ESCORÇO HISTÓRICO NECESSÁRIO

O principal escopo da NOVACAP, cuja criação foi autorizada pela Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, era, dentre outros, o planejamento e a execução do serviço de localização e construção da futura Capital, diretamente ou por intermédio de órgão da administração federal, estadual e municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratasse. (Art.º 3º, I).

Não receberia ela qualquer indenização pelos serviços, obras e construções necessários à instalação do Governo da República na futura Capital Federal, entendendo-se paga das despesas feitas com os direitos, bens, favores e concessões, que lhe foram outorgados pela Lei que autorizou a sua criação. (Art. 17).

Pelos Estatutos Sociais, o Conselho de Administração deveria aprovar as normas gerais de contabilidade da Companhia e os critérios básicos que deveriam presidir a apuração de resultados e a amortização dos capitais investidos. (Art. 13, 5).

Foi determinado caber ao Presidente da Companhia a apresentação de

"Relatório anual da Companhia, o balanço e as contas a serem encaminhados à Assembléia Geral." (Artº 20, VII).

Ao Conselho de Administração incumbia: "Enviar ao Tribunal de Contas da União, até 30 de abril de cada ano, para os fins previstos em lei, as contas gerais da Sociedade, relativas ao exercício anterior". (Art. 13, 7).

Pela Lei 2 874/56, tinha a NOVACAP a forma de sociedade anônima, cujas ações pertenciam integralmente a uma única proprietária - União.

Em sua organização, seriam observadas, no que fossem aplicáveis, "as normas da legislação das sociedades anônimas, dispensado, porém, qualquer depósito de capital em estabelecimento bancário". (Artº 7º)

A legislação referente às sociedades anônimas seria plicada subsidiariamente à Companhia, no que não tivesse norma própria. (Artº 29) Cozava ela de inúmeros favores fiscais (Arts. 13 e 14) e do poder de desapropriar (art. 15).

As inovações da Lei capicaçaram a curiosidade dos juristas e eles se debruçaram sobre os textos legais e doutrinários, procurando determinar a natureza jurídica da novel Companhia. Sociedade anônima sui generis para uns, empresa pública, categoria nova em nosso Direito, para outros, foi essa última a opinião que encontrou melhor acolhida.

Lastreada nas disposições contábeis do D.L. 2 627/40 e nos preceitos internos, a Companhia remeteu suas contas referentes ao exercício de 1956 ao Colendo Tribunal de Contas da União, constituídas do Balanço Patrimonial e de alguns demonstrativos, desacompanhados, porém, da Demonstração de Lucros e Perdas e do Inventário Analítico.

Aquela Egrégia Corte entendeu que as contas estavam incompletas, por não conterem todos os elementos necessários, nos termos do seu Ato nº 8/57. Determinou, por conseguinte, diligência para que fossem complementadas com os dados exigíveis às entidades autárquicas. Ora, a Contabilidade da Companhia, que não fora planejada para tal, não tinha condições de fornecer os elementos requisitados.

A dificuldade continuou pelo tempo fora, e, com a mudança da Capital e a transferência de 51% das ações, por força da Lei nº..... 3 751/60, para o Distrito Federal, o Tribunal de Contas da União, em 1962, se deu por incompetente para apreciar ditas contas, havendo este Tribunal aceito sua própria competência, mas insistindo em palmilhar a senda aberta pelo TCU, segundo a qual elas deviam conter os elementos das prestações de contas das autarquias, no regime da Lei 830/49.

Pelos novos Estatutos da Companhia, de 2 de junho de 1965, baixados por força do artº 22, da Lei nº4.545/64, foi ela taxativamente definida como "empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, integrante da administração descentralizada do Distrito Federal e regida pelos presentes Estatutos e pelas normas da legislação das sociedades por ações." (Artº 1º). É óbvio que essa disposição estatutária não poderia afastar a incidência das regras contidas nas Leis 2.874/56, 3.751/60, 4.545/64, de hierarquia maior, mas complementava-as validamente, no que com elas não conflitasse.

Transferida que estava a Capital, o objeto essencial da Companhia passou a ser, além de outros: "Execução dos serviços complementares de urbanização e construção da Capital da República, diretamente ou através de empresas idôneas com as quais contratar". (Artº 3º, I).

Desde então, diversos serviços foram desmembrados da Companhia, passando a cargo de novas pessoas jurídicas.

Por último, sobreveio a Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, que autoriza a criação da TERRACAP, com atribuições retiradas à NOVACAP.

Ambas são caracterizadas como empresas públicas do Distrito Federal, regidas por aquela lei e, subsidiariamente, pela legislação das sociedades anônimas. (Art. 3º, I).

Gozam de isenção de impostos da competência da União e do Distrito Federal, "no que se refere aos bens próprios na posse ou uso direto das empresas, à renda e aos serviços vinculados essencialmente aos seus objetos..." (Artº 3º, VIII).

Perceberão remuneração pelos serviços prestados de acordo com a orçamentação de custos e as provisões estatutárias. (Artº 3º, V).

Quanto à NOVACAP, especificamente, ficou tendo "por objeto a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas." (Artº 1º).

De acordo com os atuais Estatutos, baixados em consequência da Lei 5.861/72, passará ela a distribuir lucros, abandonando, dessarte, a orientação que vinha do artº 17, da Lei nº 2.874/56.

Não obstante essa finalidade lucrativa, vê-se do seu orçamento sintético para 1973 que, para uma despesa de Cr$86.800.000,00, serão feitas pelo Distrito Federal as seguintes transferências:

Transferências correntes.....36.000.000,00
Transferências de capital.....37.650.000,00

No que concerne à despesa, só com a manutenção das atividades da Companhia, será dispendida a importância de Cr$46.000.000,00.

Vê-se, desse breve apanhado histórico, que as prestações de contas da NOVACAP, quanto à sua composição, podem ser consideradas em referência a três períodos distintos: 1º) - o que vai da criação da Companhia até a entrada em vigor da Lei nº 4.320/64; 2º) - desse data até princípio do corrente exercício, com o advento da Lei nº 5.861/72 e atos de complementação, do começo do ano em curso; 3º) - o que se inicia com o fim do período anterior.

AS FINALIDADES DA NOVACAP E O REGIME JURÍDICO DE SUAS CONTAS

O problema versado na consulta refere-se ao balanço do exercício de 1972, período não alcançado pelas modificações introduzidas pela Lei nº 5.861, em vista das quais a questão terá que ser reestudada, face ao disposto no artº 170 e §§, da Emenda Constitucional nº 1.

No que se refere à composição das contas da Companhia, há que se ponderar, como se viu, a insistência inicial do TCU e, posteriormente, deste Tribunal, em que elas deveriam conter os elementos das prestações de contas das entidades autárquicas. Releva notar mais que a NOVACAP, a partir da Lei 4.320/64, estava adstrita à observância de um orçamento, convenientemente aprovado pelo Chefe do Executivo, o qual lhe balizava a gestão financeira e o programa de trabalho, devendo, além disso, apresentar o quadro de previsões e os balanços ajustados aos padrões instituídos por aquela Lei. Por isso, passou a fazer sua escrituração em consonância com as normas daquele diploma legal, a partir de 1966.

A 21 de janeiro de 1970, o Decreto 1.274 aprovou o Plano de Contas único para a Administração Direta do Distrito Federal, facultando o seu uso aos órgãos da Administração Indireta. As pessoas jurídicas, que optassem por um planejamento contábil próprio, deveriam submetê-lo à apreciação da Coordenação do Sistema de Contabilidade, para as adaptações necessárias à apresentação dos resultados globais do Complexo Administrativo. (Artº 2º e seu parágrafo único). A NOVACAP adotou esse plano de contas.

Colige-se, desse perfunctório retrospecto, que a NOVACAP foi compelida a adotar a Contabilidade Pública, não obstante se devesse concluir, das normas legais que lhe eram específicas, estar sujeita, no exercício em tela, às determinações da Lei 2.874/56, aos ditames do preceituário sobre as sociedades anônimas e às regras internas, adaptando o orçamento e os balanços, na medida do possível, aos modelos da Lei nº 4.320/64.

Essa conclusão se afina com o espírito da Reforma Administrativa, segundo um de seus mais categorizados porta-vozes:

> "Na verdade, o sistema de administração financeira, de contabilidade e auditoria constitui-se, essencialmente, de normas técnicas, apoia-se no plano de contas, opera segundo as instruções consagradas em manuais de serviço. Os textos legais consubstanciam os princípios fundamentais e as regras básicas do sistema, que se torna operativo mediante normas técnicas expedidas pelo órgão especializado por ele responsável." (NAZARETH T.DIAS, A Refor -

ma Administrativa de 1967, 2ª Edição, p. 132).

Também coerentemente com esse entendimento, esta Corte, em 1970, depois de indicar as falhas e omissões existentes, deliberou acolher as prestações de Contas da Companhia, referentes ao período de 1956/59, anteriores, portanto, à Lei 4.320/64, tal como estavam organizadas, isto é, de acordo com o D.L. 2.627/40 e as normas contábeis internas, para o fim de enviá-las ao Senado Federal.

Como quer que seja, estamos, mais uma vez, diante de um fato consumado: a escrituração e os levantamentos contábeis, de 1966 a 1972, foram feitos de acordo com a Contabilidade Pública.

Todavia, não me parece tecnicamente desarrazoada a adoção daquela especialização contábil pela NOVACAP, porque se, à época, praticava algumas operações altamente rendosas, como o loteamento e venda de terrenos, ela, em si, não tinha finalidade de lucro. A maior soma de suas atividades era típica de poder público: construiu a Capital Federal e os edifícios públicos, sem indenização; cuidou, inicialmente, dos serviços de água e esgotos, luz, telefones, limpeza urbana, continuando, depois, com os encargos de urbanização, conservação de prédios oficiais, habitação e planejamento urbano, ajardinamento, etc, etc.

Por isso mesmo, suas receitas, na quase totalidade, eram constituídas de transferências governamentais e ela estava adstrita à fiel observância de um orçamento financeiro e programático, que se traduzia em benefícios à coletividade, sem objetivo de lucro.

Do ponto de vista técnico, nenhuma objeção, pois, tenho a fazer.

A APLICAÇÃO EXTENSIVA DO D.L. 836/69

A distinção dos "Restos a Pagar" em processados e não processados não é novidade em nosso ordenamento jurídico. Deixando de lado o Direito anterior, que já diferençava entre situações diversas, a Lei nº 4.320/64, pelo menos em dois passos, mandava se fizesse a discriminação (arts. 36 e 92, parágrafo único).

A inovação do D.L. 836/69, a esse respeito, consiste na caracterização das situações em forma consonante com a abolição do registro prévio e com a Reforma Administrativa, providência renovadora essa que, no ensinamento do preclaro Ministro VICTOR AMARAL FREIRE, faz com que "a Administração Pública permaneça continuadamente em estado de reforma, ajustando-se, cada dia, à conjuntura administrativa, econômica e social do País." (Revista TCU, nº 3, p. 60).

O aludido Decreto-Lei se endereça expressamente à Administração Direta e os seus dispositivos, de maneira geral, em virtude das situações específicas que contemplam, são inestendíveis à Administração Indireta.

Mas alguns preceitos são de ordem geral, consubstanciam princípios salutares, que podem e devem ser aplicados com proveito à administração descentralizada, pelo menos parcialmente, como é o caso dos que se referem a "Restos a Pagar", muito úteis a todas as entidades sujeitas à observância de um orçamento e ao regime do empenho.

A orientação da Auditoria do GDF, nesse ponto, tem, sobretudo, cunho didático, discernindo com clareza e segurança as diversas situações enquadráveis numa ou noutra das duas categorias de "Restos a Pagar", pelo que se constitui num trabalho oportuno e meritório, nesta fase em que se esforça por racionalizar a Administração Pública brasileira, para acelerar o processo de desenvolvimento.

IIª PARTE

OS "RESTOS A PAGAR" NA APURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO DO EXERCÍCIO

OS "RESTOS A PAGAR PROCESSADOS"

O tratamento dos "Restos a Pagar", na apuração dos resultados do exercício, é problema que existe e é mais amplo do que aparece focalizado no documento expedido pela Auditoria e na Consulta, porque envolve tanto os processados como os não processados, tendo ainda de ser considerado em relação às despesas correntes e às despesas de capital.

a) - Despesas de Capital

JOÃO ANGÉLICO, em sua Contabilidade Pública, ao estudar o problema dos "Restos a Pagar Processados", na parte que se refere a despesas de capital, pretendendo que o resultado econômico, apresentado no balanço da entidade pública, não representa a realidade, argumenta:

> "378 - Fato que precisa ficar bem claro, na exposição "do problema tratado neste capítulo, é que o registro "da mutação patrimonial, que completa o ciclo da va - "riação permutativa, só é efetuado no Sistema Patrimo "nial por ocasião da efetiva movimentação da conta "CAIXA, isto é, incorpora-se o bem adquirido, após o "pagamento da despesa; desincorpora-se o bem alienado, "após a arrecadação da receita.
> "379 - Ocorre, entretanto, que, no final do exercício, "muitas despesas de capital, devidamente processadas, "não são pagas; elas serão, então, apropriadas às des- "pesas do exercício, por força do regime de competên - "cia vigente no país e, ao invés da conta CAIXA, será "creditada a conta RESTOS A PAGAR.
> "380 - Com a apropriação de despesas de capital, não "pagas, o resultado financeiro sofre a mesma conseque "cia negativa que sofreria se, de fato, a despesa tives "se sido paga.
> "381 - Entretanto, com a adoção do procedimento mencio "nado no parágrafo nº 378, fica bloqueado, nas despesas "de capital, o registro da muteção pagrimonial, que com "pletaria o ciclo compensativo da variação permutativa."

Mais à frente, arremata:

> "385 - É de se concluir, pois, que o balanço geral do "exercício não mostra o resultado economico real."

Em outro passo, antes de sugerir o procedimento que entende aconselhável para corrigir a deformação, como que para acalmar os mais exaltados, esclarece:

> "388 - É bem verdade que, no curso do tempo, to- "do em viste que o Patrimonio das pessoas jurídi- "cas de direito público pode ser considerado, a- "prioristicamente, de existência eterna, a situa- "ção líquida do patrimonio não sofre prejuizo. "Uma variação negativa num exercício sera compen- "sada por igual variação positiva neutro." (Op. cit., Capítulo 17).

A questão dos "Restos a Pagar Processados", referentes a despesas de capital, tal como focalizado por JOÃO ANGÉLICO, não foi objeto da Consulta nem existe no Distrito Federal, pois aqui os bens são incorporados mesmo antes do pagamento, tão logo seja feita a liquidação.

Mas, de outro lado, pode estar ocorrendo que a aquisição de "bens de uso comum do povo", no dizer do Código Civil, ou "bens do domínio público", assim também denominados pelo Regulamento Geral de Contabilidade Pública, ou melhoramentos neles feitos, - como abertura e asfaltamento de estradas e ruas, urbanização de super-quadras, - estejam sendo incorporados. Essas despesas, porém, não devem ser tratadas como uma mutação patrimonial e, consequentemente, não devem ser apropriadas.

Isso porque, se esses dispêndios aumentam o capital social e econômico nacional, da região ou da localidade, não integram o patrimônio de nenhuma pessoa jurídica, porque são "bens inalienáveis". (RGCP, art º 804). "... não são ativos, no sentido contábil do termo", ensina MACHADO JR. (Classificação das Contas Públicas, Fundação Getúlio Vargas, p. 396).

Não sendo esses bens apropriáveis a qualquer patrimônio, as prestações dos particulares a eles referentes - serviços ou obras - não podem integrar o Ativo do Balanço Patrimonial, em vista do princípio jurídico de que accessorium sequitur suum principale.

Coerentemente com esse entendimento, o prof. CLOVIS GLOEDEN ensina que os bens de uso comum do povo não compõem o patrimônio "e o seu controle será apenas formal." (MANUAL DE CONTABILIDADE MUNICIPAL, Edição SENAM, 1969, p. 168).

Se alguma lei, porventura, vier a desafetá-los, permitindo a sua alienação, serão incluidos no patrimônio, por força de tal disposição legal.

Em outra hipótese, também devem ser incorporados. É quando "se exi -

Edição Saraiva, 1956, pág. 224).

b) - Despesas correntes

Importando as despesas correntes, via de regra, variações puramente diminutivas, não devem os direitos da "azienda", correspondentes aos empenhos que a elas se referem, aparecer no Ativo, porque o cúmprimento da prestação pelo particular nenhum acréscimo traz ao patrimônio.

A única exceção a essa regra, na contabilização das entidades de fins ideais, é "a compra de material de consumo para estocagem", materiais que, consoante o artº 13, da Lei nº 4 320/64, integram as despesas de custeio, mas beneficiarão o exercício seguinte e constituem, por consequência, valores reais, ativos, que, já entregues, aparecerão na conta Almoxarifado. (Cf.MACHADO JR., A Lei 4 320 Comentada,pág. 32).

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

É esse, propriamente, o objeto da Consulta. Consoante definição legal, "São despesas não processadas as que, empenhadas, estejam na dependência da apuração do fornecimento do material, execução da obra ou prestação do serviço." (D.L. 836/69, artº 4º, § 2º).

Provém a palavra empenho, em sua origem remota, do latim pignus, oris, que tem, dentre outros, o significado de penhor, objeto penhorado, segurança, hipoteca, estipulação, ajuste. (DICIONÁRIO DE SARAIVA).

Serve a palavra penhor, modernamente, para indicar o contrato, o direito real que o credor tem sobre a coisa e a própria coisa que constitui objeto de garantia.

Embora, frente ao nosso Direito Civil, seja um direito real, conforme o significado que tinha nas fontes romanas, muitos juristas modernos o excluem, como à hipoteca, de entre os direitos reais, considerando-o simples garantia acessória. (WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO, Direito das Coisas, 3ª Edição, pág. 319).

Pode resultar da lei ou do contrato e tem por finalidade a segurança do crédito. Sendo a última a forma mais comum de constituição do penhor, algumas legislações o regulam como contrato. (Cf. ORLANDO GOMES, Direito Reais, 1ª Edição, pág. 472).

Semelhante evolução teve o seu cognato empenho, no Direito Público. Definido pelo RGCP como "ato emanado da autoridade competente, que cria para o Estado uma obrigação de pagamento" (artº 228), foi esse definição mantida pela Lei 4 320/64, que a complementou com a cláusula "pendente ou não de implemento de condição". (Artº 58).

Pode provir de lei, de ato unilateral da Administração ou de contrato.

Decorrem da lei, verbi gratia, os empenhos dos vencimentos do funcionalismo.

Emanam de ato unilateral da Administração, também exemplificativamente, os empenhos das despesas a serem feitas por adiantamento.

Originam-se de contratos os empenhos que se referem a prestações devidas à Administração Pública. Ou, de outro modo, deriva sempre de ato bilateral o empenho decorrente de licitação, ou em que esta seria obrigatória, se, por exceção da lei, não fosse dispensada.

No último caso, nota-se, na legislação mais recente e em certos autores, tendência para assimilar os institutos do contrato e do empenho.

HELY LOPES MEIRELLES, cuja definição de contrato administrativo tem por núcleo "o ajuste celebrado pela Administração Pública", ao criticar a redação do art. 134, do Decreto-lei nº 200/67, assevera, de modo enfático, que, na hipótese, a nota de empenho é um "ajuste bilateral". (Licitações e Contratos Administrativos, in REVISTA DO TCU, nº 3, pág. 77).

De fato, o aludido art. 134 permite que, abaixo de certos valores, nas licitações ultimadas, o contrato formal possa ser substituído por outros "documentos hábeis, tais como cartas-contratos, empenho de despesas, autorizações de compras e ordens de serviço".

Equipara-o, dessa forma, em certos casos, a instrumento de contrato.

É o que, de outro modo, também fez a Lei paulista nº 10 395, de 17-12-70.

> "O "termo de contrato" é obrigatório no caso de concorrência e no de tomada de preços em que o valor do contrato exceda a mil salários mínimos e facultativo nos demais, em que a Administração poderá substituí-lo por "carta-contrato", "nota de empenho da despesa", "autorização de compra", ou "ordem de execução de serviço", conforme o caso". (Artº 47).

Como se vê, a palavra empenho, em Direito Financeiro, não perdeu memória de sua etimologia. Além de pressupor, em numerosos casos, a existência de contrato, implica sempre a idéia de garantia, de segurança: a reserva da dotação, na Contabilidade Pública.

Quanto às transferências, podem elas ser de origem constitucional, como Fundo de Participação dos Municípios; de origem legal, se criadas por uma lei ordinária; ou simplesmente orçamentária, se incluídas no orçamento, sem vinculação a uma disposição legal prévia. (Cf. MACHADO JR. e HERALDO DA COSTA REIS, in A Lei 4 320 Comentada, pág. 41).

Nas duas últimas hipóteses, se a lei ordinária for meramente facultativa, e em face do caráter puramente autorizativo do orçamento, a emissão do empenho dependerá ainda de ato de vontade da Administração. Nos outros casos, advém diretamente da norma legal.

Não integram os empenhos dessas despesas a categoria dos "Restos a Pagar Não Processados", porque não obrigam elas a contraprestações diretas em bens e serviços e, consequentemente, independem de liquidação.

As despesas inscritas em "Restos a Pagar Não Processados" acarretam sempre uma prestação de interesse público, seja a realização de um serviço ou a execução de uma obra, seja o fornecimento de materiais, gêneros, equipamentos, ou qualquer outro, embora contabilmente possam até caracterizar mera variação diminutiva. (Cf. D.L. 836/69, artigo 4º, parágrafo 2º, citados) São empenhados, pois, em decorrência de um contrato formal ou de ato a ele equivalente.

Por isso, no Estado de São Paulo, consoante informa JOÃO ANGÉLICO, o controle dos "Restos a Pagar Não Processados" é feito por intermédio das contas de compensação. (Cf. Contabilidade Pública, 1ª Edição, 1971, pág. 90).

Compulsando-se o Plano de Contas daquela unidade federativa, vê-se, pela conta 110, que é esse, efetivamente, o tratamento dado a tais resíduos passivos. (Plano de Contas do Estado de São Paulo, apud JOÃO ANGÉLICO, ob. cit., Capítulo 18).

Essa colocação é a que nos parece mais correta, dentre todas as soluções adotadas, pois

> "As contas de compensação representam para o patrimônio um vínculo jurídico; são criadas quando estabelecemos o vínculo, com a assinatura de um contrato ou a prática de algum ato que coloque o patrimônio na contigência de sofrer uma modificação futura. Desaparecida a obrigação criada pelo contrato, as contas de compensação são encerradas.
>
> "Essas contas receberam essa denominação porque, representando um vínculo criado pelo contrato, que estabelece direitos e obrigações mútuas, cria para o patrimônio direitos e obrigações concomitantes, devendo, portanto, o vínculo ser registrado no ativo e no passivo ao mesmo tempo. As contas de compensação movimentam-se entre si, e sempre que são criadas ou encerradas, criam-se ou encerram-se também as suas contrapartidas." (HILÁRIO FRANCO, Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços, 3ª Ediçeo)

Essa orientação de Contabilidade Geral não conflita com a dispo

sição legal referente ao assunto, na Contabilidade Pública:

> "Nas contas de compensação serão registrados os "bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou "indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio". "(Lei 4 320/64, artº 105, § 5º).

A situação dos "Restos a Pagar Não Processados" não se enquadra em nenhum outro dos itens do artº 105, tal como definidos nos parágrafos do mesmo dispositivo. Logo, o seu lugar correto é nas contas de compensação, o que altera, do mesmo modo que o procedimento versado na Consulta, os resultados do exercício.

Não será necessário distinguir as despesas correntes das de capital, dada a especial natureza do Sistema de Compensação.

UMA PROVIDÊNCIA SALUTAR

Em numerosas entidades públicas, no fim do exercício financeiro, todos os empenhos não liquidados são somados e transferidos retroativamente para a conta "Restos a Pagar Não Processados". Dentre esses resíduos passivos passam a figurar os saldos dos empenhos por estimativa, dos empenhos globais e de numerosos outros, cujas prestações não mais são necessárias, não se efetivarão e, consequentemente, não serão pagos.

Esse procedimento, como é óbvio, fazendo crescer artificialmente o Passivo, deforma os resultados, que se apresentarão irreais.

Para evitar que isso aconteça, é necessário o estudo da situação de cada empenho, para ser ele mantido ou expurgado, conforme o caso.

Dignas de encômios, a esse respeito, se nos afiguram as disposições da Lei paulista nº 10 320, de 16-12-68, que para aqui trasladamos, para conhecimento de nossos administradores e técnicos e que são por si uma sugestão:

> "Artº 29 - As despesas de cada ano financeiro devem referir-se a material recebido ou a serviço prestado até 31 de dezembro, exceto os casos de medição de obras, material em viagem ou prestações contratuais.
> Artº 31 - A inscrição, em "Restos a Pagar", de despesas relativas a medições de obras, material em viagem e prestações contratuais, deverá ser precedida de justificativa e constar de relacionamento, na forma das instruções a serem expedidas pelo Executivo.
> Artº 32 - Além das exceções previstas no artº.. 29, a Secretaria da Fazenda poderá autorizar a inscrição, em "Restos a Pagar", de despesas caracteristicamente obrigatorias ou de real interesse para a manutenção dos serviços publicos, na conformidade do respectivo regulamento.

CONCLUSÃO

À vista do exposto, sou por que se responda à Consulta, esclarecendo que, de acordo com a melhor técnica, os "Restos a Pagar Não Processados" devem ser controlados no Sistema de Compensação, pois se referem a situações obrigacionais, em que os débitos e créditos se equivalem, que não alteram direta e imediatamente o patrimônio, embora possam ou devam vir a modificá-lo, além de não se enquadrar, a rigor, em nenhum dos outros grupos do artº 105, da Lei nº 4 320/64.

ATA DA 1317ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 17 dias do mês de junho de 1974, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Heráclio Salles, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Jomar Maciel Pires e o Procurador-Adjunto Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1316ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário as seguintes matérias:

1- Representação - juntada ao processo nº 268/70 - da Procuradora-Geral, Dra. Élvia Lordello Castello Branco, sobre diligência com prazo certo, vencido sem atendimento por parte da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda (SHIS).- O Tribunal decidiu conceder o prazo de 10 (dez) dias úteis para o cumprimento da diligência, sob pena de serem aplicadas aos responsáveis pelo desatendimento desta decisão as penalidades previstas nos arts. 38, 49 e 51 da Lei nº 5.538/68.

2- Designação do Conselheiro Heraclio Salles, do Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis e dos Procuradores-Adjuntos Drs. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz e José Guilherme Villela para, em comissão, elaborarem anteprojeto de reforma da atual Lei Orgânica da Corte.- O Tribunal aprovou a indicação feita pela Presidência.

3- Prorrogação de licença concedida ao Conselheiro Salvador Diniz para tratamento de saúde.- O Tribunal decidiu prorrogá-la por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 14 do mês em curso.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HERACLIO SALLES

PROCESSO Nº 738/72-STC - Termo de aditamento ao contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Faculdade de Engenharia Industrial;

PROCESSO Nº 714/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Raimunda da Cruz Melo;

PROCESSO Nº 721/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Valdemiro Gomes Rabelo;

PROCESSO Nº 731/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Otávio Ribeiro da Silva;

PROCESSO Nº 733/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Joaquim Farias de Souza.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 423/74 - Decreto nº 2635, de 24/05/74, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, no valor de Cr$ 800.000,00.- O Tribunal decidiu: a) aprovar o crédito; b) reiterar os termos do ofício GP nº 247/74, mediante o qual se recomenda à Secretaria do Governo a observância do disposto no § 2º do art. 2º, do Ato nº 2, de 13/03/67, com a nova redação dada pela Emenda de 16/11/67.

PROCESSO Nº 364/74 - Aposentadoria do servidor José Basílio dos Santos;

PROCESSO Nº 372/74 - Aposentadoria do servidor João Tavares da Silva.

- O Tribunal julgou legal a concessão das aposentadorias.

PROCESSO Nº 366/74 - Ofício nº 251/74-GAB, de 14 de maio de 1974, do Sr. Administrador do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento (ASRIA), mediante o qual comunica o cancelamento da nota de empenho nº 06/74-ASRIA, emitida a favor da firma Papelaria Ritz Comércio e Indústria Ltda.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução da segunda via da nota de empenho em questão.

PROCESSO Nº 374/74 - Aposentadoria da servidora Edna Cunha Peters.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria, nos termos do parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 814/74-STC - Requerimento da firma Ara World de Alimentos do Brasil Ltda., mediante o qual solicita fornecimento de uma certidão de inteiro teor da denúncia feita pela firma Sanolli a este Tribunal.- O Tribunal determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 908/74-STC - Representação da 1ª Inspetoria Seccional sobre devolução à Corte de processo nº 1051/73, encaminhado ao Gabinete Civil do Governador para cumprimento de diligência.- O Tribunal decidiu reiterar os termos do ofício GP nº 142/74, de 22 de abril último, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para o atendimento do que nele se solicita.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 704/67 - Prestação de contas da Fundação Educacional do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1966;

PROCESSO Nº 216/73 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis pela Região Administrativa II - Gama, relativa ao exercício de 1971;

PROCESSO Nº 88/74 - Tomada de contas do ordenador de despesa, dos demais responsáveis e co-responsáveis pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1972.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 567/73-STC - Termo de contrato para prestação de serviços, celebrado entre o Distrito Federal e a firma Confederal S/A. Comércio e Indústria;

PROCESSO Nº 763/73-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS);

PROCESSO Nº 1053/73-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS);

PROCESSO Nº 804/74-STC - Contrato de locação celebrado entre o Distrito Federal e a firma Xerox do Brasil S/A.

- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 635/73 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Civisa - Engenharia Civil e Sanitária Ltda;

PROCESSO Nº 751/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Frederico Guiberti.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 365/74 - Aposentadoria do servidor Cícero Firmino da Costa;

PROCESSO Nº 366/74 - Aposentadoria do servidor Afonso Dias de Oliveira.

- O Tribunal julgou legal a concessão das aposentadorias.

PROCESSO Nº 161/71 - Prestação de contas de subvenção concedida à Lira Infantil de Brasília, no valor de Cr$ 1.000,00.- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 96/73 (apenso proc. nº 754/73) - Termo aditivo ao convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social e o Serviço Social do Comércio.- O Tribunal, em face dos esclarecimentos prestados pela entidade, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 252/73-STC - Consulta da Secretaria de Finanças do Distrito Federal sobre "se poderia o Banco Regional de Brasília incorporar a empresa REGIODATA em caráter precário".- O Tribunal decidiu responder que, em face do veto oposto ao art. 32, da Lei nº 5.538/68, não lhe cabe pronunciar-se a respeito. Apreciando, entretanto, o assunto, em atenção ao órgão consulente, considerou: a) não se trata de incorporação, visto que a empresa não tem, ainda, existência legal; b) não há inconveniente em que o material adquirido seja operado pelo BRD, até que se constitua legalmente o Centro Regional de Processamento de Dados S/A (REGIODATA).

PROCESSO Nº 359/73 (apensos procs. nºs. 57/74 e 294/74) - Termo aditivo ao convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS).- O Tribunal tomou conhecimento, dispensada a apuração de responsabilidade sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 592/73 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Civisa - Engenharia Civil e Sanitária Ltda.- O Tribunal, tomando conhecimento, decidiu transmitir à entidade a recomendação sugerida pela Procuradoria-Geral, a fls. 133.

PROCESSO Nº 61/74 - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor José Otávio Tomelin, no valor de Cr$ 22.000,00.- O Tribunal decidiu encaminhar o processo à Procuradoria-Geral, para os fins previstos no item III do art. 48, da Lei nº 5.538/68.

PROCESSO Nº 190/74 - Ofício nº 41/74-GS, de 18 de março último, do Sr. Superintendente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU), mediante o qual comunica o cancelamento da nota de empenho nº 035/74-SLU, emitida a favor da firma Pioneira da Borracha Ltda.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a devolução da segunda via da nota de empenho em questão.

PROCESSO Nº 426/74 - Tomadas de contas do Chefe da Seção de Material do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação do Distrito Federal (DEFER), relativas aos exercícios de 1971, 1972 e 1973.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 669/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).- O Tribunal decidiu acolher a sugestão da Inspetoria-Geral relativa à retificação do convênio, dispensado o pedido de esclarecimento.

PROCESSO Nº 930/74-STC - Representação da Inspetoria-Geral sobre requisição à Fundação do Serviço Social do Distrito Federal do processo nº 151/72, encaminhado àquela entidade para cumprimento de diligência.- O Tribunal acolheu a sugestão da 2ª Inspetoria Seccional.

PROCESSO Nº 931/74-STC - Representação da Inspetoria-Geral sobre requisição à Fundação Hospitalar do Distrito Federal do processo nº 938/73, encaminhado àquela entidade para cumprimento de diligência.- O Tribunal decidiu solicitar a imediata devolução do citado processo.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 688/73 - Prestação de contas da Central de Abastecimento de Brasília (CENABRA), relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal determinou diligência nos termos do parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 258/74 - Convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Centro de Promoção Social da Paróquia da Sagrada Família.- O Tribunal, acolhendo as conclusões do parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) deve a entidade sustar a concessão de auxílio ou a compra de veículo, se ainda possível; b) caso ultimada a aquisição, que a Fundação promova a imediata escrituração da viatura no seu acervo patrimonial; c) que se proceda, de todo modo, às retificações cabíveis no citado pacto.

PROCESSO Nº 339/74 - Balancetes referentes ao mês de janeiro de 1974, da Companhia de Telecomunicações de Brasília.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 385/74 - Balancete da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, relativo ao mês de janeiro de 1974.- O Tribunal, tomando conhecimento, decidiu transmitir à entidade a recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 396/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal.- Havendo o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis solicitado vista do processo, foi adiada a votação da matéria.

Nada mais havendo a tratar, às 18 horas, o Senhor

Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA' Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
Heraclio Salles
Jesus da Paixão Reis
Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz

ATA DA 1318ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 20 dias do mês de junho de 1974, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Heraclio Salles, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Jomar Maciel Pires e o Procurador-Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1317ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário as seguintes matérias:

1- Processo nº 858/74-STC - pagamento da importância de Cr$ 7.497,51 à Companhia de Telecomunicações de Brasília, por serviços prestados à Corte durante o mês de abril último.- O Tribunal autorizou o pagamento.

2- Representação da Procuradoria-Geral sobre diligência com prazo certo, vencido sem atendimento por parte da Companhia de Telecomunicações de Brasília.- O Tribunal decidiu conceder o prazo de 10 (dez) dias para que o órgão próprio dessa empresa restitua à Corte os processos de nºs. 470/70, 694/72 e 510/73 - referentes às contas dos exercícios de 1969, 1971 e 1972 -, com as diligências devidamente cumpridas ou com a indispensável justificativa do retardamento que se vem observando, sob pena de aplicação aos responsáveis das penalidades previstas no art. 51 da Lei nº 5.538/68.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HERACLIO SALLES

PROCESSO Nº 151/74 - Aposentadoria do servidor José Francisco Pereira.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 365/74-STC - Nota de empenho nº 001/74-DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Administração do Distrito Federal.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas, exceto quanto à de que trata a nota de empenho nº 004/74-SEA, para cuja regularização concedeu o prazo de 10 (dez) dias.

PROCESSO Nº 740/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Cecy Souza Matos;

PROCESSO Nº 742/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Antônia Francisca de Souza;

PROCESSO Nº 743/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Geraldo José da Silva;

PROCESSO Nº 745/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Ana Silva Santana;

PROCESSO Nº 747/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Gonçalo Porfírio da Fonseca.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 865/63 - Prestação de contas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1962.- O Tribunal autorizou a citação, por edital, do responsável indicado a fls. 201-v.

PROCESSO Nº 862/64 (apensos procs. nºs. 1197, 1451, 1454/64 e 425/65) - Prestação de contas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1963.- O Tribunal autorizou a citação dos responsáveis na forma sugerida pela Inspetoria-Geral, a fls. 194-v.

PROCESSO Nº 582/71 - Prestação de contas da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB), relativa ao exercício de 1970.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 65/72-STC - Notas de empenho nºs. 488/72, 017/73, 023/73 e 268/73-SLU, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU).- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 1568/73-STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Firma Elevadores Schindler do Brasil S/A.- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 1569/73-STC - Termo de ocupação do Ginásio de Brasília, celebrado entre o Distrito Federal e o Curso Objetivo Cultural de Brasília.- O Tribunal decidiu reiterar os termos do Of. CP nº 130/74, de 20 de março último, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para o atendimento da diligência.

PROCESSO Nº 373/68-STC - Termo de aditamento ao convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP);

PROCESSO Nº 771/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Antônio Alves de Carvalho;

PROCESSO Nº 772/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Sabastião Soares da Silva;

PROCESSO Nº 773/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Maria Jesus Silva;

PROCESSO Nº 779/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Florentina de Cerqueira Aquino.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 512/73 - Prestação de contas da Companhia de Eletricidade de Brasília, relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 546/73 - Contrato de empréstimo celebrado entre o Banco Nacional de Habitação, a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, com a interveniência do Banco Regional de Brasília S/A.- O Tribunal determinou nova diligência, de acordo com o pronunciamento da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 361/74 - Balancete da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), referente ao mês de abril de 1974.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 395/74 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Centro Social e Cultural da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no valor de Cr$ 3.000,00;

PROCESSO Nº 396/74 - Prestação de contas de subvenção concedida à Creche Medalha Milagrosa;

PROCESSO Nº 400/74 - Prestação de contas de subvenção concedida à Creche Núcleo Bandeirante.

- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

PROCESSO Nº 857/74-STC (apenso proc. nº 319/74-STC)-

Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Raimundo Mateus Figueiredo, no valor de Cr$ 1.500,00.- O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao adiantamento e ordenou a baixa na responsabilidade do servidor.

PROCESSO Nº 954/74-STC - Representação da Inspetoria-Geral sobre a atual posição das prestações de contas anuais das entidades da Administração Indireta do Distrito Federal.- O Tribunal tomou conhecimento.

PROCESSO Nº 974/74-STC (apenso proc. nº 69/74-STC) - Representação da Diretoria-Geral de Administração propondo alteração nos anexos das Resoluções nºs. 7 e 8 da Corte, de 31 de dezembro de 1973.- O Tribunal decidiu solicitar a audiência da Procuradoria-Geral.

Encerrada a fase de julgamento de processos, acolhendo proposta do Procurador-Geral em exercício, Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, a respeito do concurso para Auditor, o Tribunal, considerando não haver sido ainda publicada a retificação do edital no tocante ao requisito de prova de conclusão de curso superior e a conveniência de permitir a participação de maior número de candidatos, decidiu: a) prorrogar o prazo de inscrição até o dia 31 de julho do corrente; b) proceder a ampla divulgação sobre a realização do concurso, fazendo-se publicar as instruções no "Distrito Federal", com a retificação acima referida, e, bem assim, no Diário Oficial da União.

Finalmente, o Plenário aprovou a indicação feita pelo Senhor Presidente, na forma do art. 13 do Regimento Interno, do Dr. Pedro Delforge, para exercer o cargo em comissão de Inspetor-Geral de Controle Externo.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
Heraclio Salles
Jesus da Paixão Reis
Élvia Lordello Castello Branco

ATA DA 1319ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 25 dias do mês de junho de 1974, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro Heraclio Salles, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Jomar Maciel Pires e a Procuradora-Geral, Dra. Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1318ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do Ofício nº 017/74-PG/PG, de 21 do corrente, pelo qual a Procuradora-Geral, Dra. Élvia Lordello Castello Branco, comunica que reassumiu, nesta data, suas funções nesta Corte, após 10 dias de licença para tratamento de saúde.

A seguir, o Senhor Presidente comunicou ao Plenário os termos do ofício nº 446/74, de 19 do corrente, pelo qual o Diretor-Executivo da Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS), Sr. Amantino da Silva Marreco, expressa a concordância desse órgão em que seja reservada ao Tribunal a projeção nº 07, da SQN-115, desde que esta Corte aquiesça em abrir mão da projeção nº 05, da SQN-402, em favor do Tribunal de Contas da União, por motivos já conhecidos do Plenário.

O Senhor Presidente transmitiu ainda ao Tribunal o teor dos ofícios que a Presidência encaminhou à CODEBRÁS, ao Tribunal de Contas da União e à TERRACAP, nos quais manifesta a aquiescência desta Corte à proposta que lhe foi feita.

Finalmente, por proposta do Senhor Presidente, o Tribunal se associou às homenagens que se vêm prestando ao Ministro Luiz Gallotti, ao ensejo de sua aposentadoria no Supremo Tribunal Federal, tendo sido realçada a excelência de suas qualidades de magistrado e cidadão.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO HERACLIO SALLES

PROCESSO Nº 157/72-STC - Termo de renovação do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma Indústria Villares S/A;

PROCESSO Nº 221/74-STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 545/72 - Aposentadoria do servidor Inácio Parsifal Lustosa da Costa.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria, determinando seja feita, a posteriori, a correção indicada no parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 490/73 - Aposentadoria do servidor Ipiranga Curado.- O Tribunal determinou o retorno do processo à Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 583/73 - Aposentadoria do servidor José Valdo Pereira.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO Nº 434/74 - Decreto nº 2636, de 25/5/74, que abre crédito suplementar a favor das Secretarias de Educação e Cultura e de Serviços Sociais do Distrito Federal, no valor de Cr$... 154.000,00.- O Tribunal decidiu aprovar o crédito, dispensada a nova recomendação sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 719/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Nilda Pereira da Silva;

PROCESSO Nº 723/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Maria Luíza Alves de Souza;

PROCESSO Nº 736/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e José Machado Souza;

PROCESSO Nº 737/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Florentino Dias de Souza;

PROCESSO Nº 738/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Nilza Abadia Gertrudes;

PROCESSO Nº 739/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Maria Seluziene Larangeira Pinto;

PROCESSO Nº 758/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Luiz Argentino de Carvalho;

PROCESSO Nº 759/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Ângelo de Souza Teixeira;

PROCESSO Nº 760/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Leozina Alarcão Cardoso.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 939/74-STC - Representação da 1ª Inspetoria Seccional de Controle Externo sobre devolução à Corte do processo nº 941/73, encaminhado à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para cumprimento de diligência.- O Tribunal decidiu conceder o prazo de 15 (quinze) dias para a devolução do citado processo.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 53/74-STC - Termo de renovação do con-

trato celebrado entre o Distrito Federal e a firma Confederal S/A - Comércio e Indústria;

PROCESSO Nº 399/74-STC - 399/74-STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a GML Construções Ltda.

- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 556/73-STC - Termo de contrato celebrado entre o Distrito Federal e o Globo Empresa Jornalística Brasileira S/A;

PROCESSO Nº 412/74 - Ofício do Senhor Diretor do Departamento de Turismo do Distrito Federal comunicando providências adotadas em cumprimento a recomendações da Corte;

PROCESSO Nº 438/74 - Ofício nº 352/74-DE-FCDF, de 06 de junho de 1974, do Sr. Diretor Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal, mediante o qual encaminha à Corte a relação dos responsáveis daquela entidada;

PROCESSO Nº 718/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Neronildes José de Santana;

PROCESSO Nº 722/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Aldimar Gomes Rabelo;

PROCESSO Nº 724/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e Arminda Nunes Morgado;

PROCESSO Nº 789/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Ministério da Educação e Cultura;

PROCESSO Nº 815/74-STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma A Original Indústria e Comércio de Placas e Carimbos;

PROCESSO Nº 816/74-STC - Escritura de cessão e transferência de domínio e posse de imóvel, celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP).

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou à baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 1014/73 - Balancetes patrimonial e financeiro do Governo do Distrito Federal, relativos ao mês de outubro de 1973;

PROCESSO Nº 323/74 - Demonstrativos da receita e despesa, balancetes patrimonial, financeiro e orçamentário da Sociedade de Habitações de interesse Social Ltda. (SHIS), relativos ao mês de janeiro de 1974;

PROCESSO Nº 362/74 - Balancetes relativos às operações do mês de fevereiro último, da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS);

PROCESSO Nº 387/74 - Balancetes relativos às operações do mês de março último, da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS);

PROCESSO Nº 432/74 - Balancetes financeiro, patrimonial e orçamentário, relativos ao mês de abril último, da Fundação Cultural do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais das entidades.

PROCESSO Nº 995/72 - Contrato de empreitada celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Construtora Roizen Ltda.- O Tribunal, em face da conclusão e entrega da obra a que se refere o contrato, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1671/73-STC - Representação da Inspetoria-Geral sugerindo se indague ao Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER) acerca de providências adotadas quanto à determinação contida na letra b do ofício GP nº 325/74.- O Tribunal acolheu a sugestão.

PROCESSO Nº 349/74 - Aposentadoria do servidor Elvécio Dutra.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO Nº 430/74 - Consulta formulada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A (SAB) sobre pagamento antecipado de contratos.- O Tribunal decidiu responder à consulta nos termos da informação de fls. 22.

PROCESSO Nº 448/74 - Ofício nº 185/74-SEF, de 11 do corrente, mediante o qual o Senhor Secretário de Finanças do Distrito Federal encaminha à Corte a reformulação do Programa de Trabalho do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE), para o exercício de 1974.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a remessa do processo à Comissão de Coordenação do Exame das Contas do Governo.

PROCESSO Nº 703/74-STC - Representação da 2ª Inspetoria sobre o desatendimento, por parte da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), da determinação contida nos ofícios de nºs. 03 e 04/74-IG.- O Tribunal decidiu fossem reiterados os citados ofícios, concedendo o prazo de 10 (dez) dias para o atendimento da solicitação neles contida.

PROCESSO Nº 785/74-STC - Nota de empenho nº 046/74-AUD e outras, emitidas pela Administração das Unidades Desportivas de Brasília.- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 938/74-STC - Representação da Inspetoria-Geral sobre devolução à Corte do processo nº 1469/73-STC, encaminhado à Secretaria de Serviços Públicos, para cumprimento de diligências.- O Tribunal acolheu a sugestão da Inspetoria-Geral.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 396/74-STC - Termo de convênio celebrado entre o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura e o Governo do Distrito Federal.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 437/74 - Ofício nº 249/74, de 05 de junho do corrente, mediante o qual o Sr. Diretor Presidente da Central de Abastecimento de Brasília (CENABRA) encaminha à Corte a relação dos responsáveis daquela entidade;

PROCESSO Nº 431/74 - Ofício nº 699/74-DF/GS, de 05 de junho do corrente, mediante o qual o Sr. Diretor Superintendente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) encaminha à Corte a relação dos responsáveis daquela entidade.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 397/74 - Demonstrativo da receita e despesa da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento, relativo ao mês de abril de 1974;

PROCESSO Nº 415/74 - Demonstrativo da receita e despesa da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento, relativo ao mês de março de 1974;

PROCESSO Nº 410/74 - Demonstrativo da receita e despesa da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento, relativo ao mês de fevereiro de 1974;

PROCESSO Nº 409/74 - Demonstrativo da receita e despesa da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento, relativo ao mês de janeiro de 1974;

PROCESSO Nº 417/74 - Balancetes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), relativos ao mês de abril de 1974.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais das entidades.

PROCESSO Nº 270/74 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Eastman Kodak Interno

tional Sales Company Inc.;

PROCESSO Nº 214/74 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Medicon Egmbh - Tuttlinger.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

Antes de iniciar o relato dos processos que lhe foram distribuídos, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis devolveu ao Auditor ad hoc Jomar Maciel Pires o processo nº 396/74-STC, de que havia pedido vista em sessão anterior.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Cyro Versiani dos Anjos
José Wamberto
Jesus da Paixão Reis
Élvia Lordello Castello Branco

ATA DA 1320ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 27 dias do mês de junho de 1974, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes o Conselheiro José Wamberto, o Conselheiro-Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor ad hoc Jomar Maciel Pires e a Procuradora-Geral, Dra. Élvia Lordello Castello Branco, o Presidente, Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos, declarou aberta a Sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 1319ª Sessão Ordinária.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 412/72-STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e o arquiteto Ícaro de Castro Mello.- O Tribunal decidiu solicitar a audiência da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 377/74 - Aposentadoria do servidor Júlio Barbosa dos Santos.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO Nº 519/74-STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma Construtora Roizem Ltda.- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 933/74-STC - Representação da 1ª Inspetoria Seccional sobre requisição à Secretaria de Finanças das tomadas de contas do ordenador de despesa e do Chefe da Tesouraria da Secretaria de Segurança Pública, correspondentes aos exercícios de 1971 e 1972, bem como das do Coordenador do Sistema de Material e do Chefe do Almoxarifado Central da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1972.- O Tribunal determinou o retorno do processo à 1ª Inspetoria Seccional, para que seja encaminhado à consideração do Sr. Inspetor-Geral.

PROCESSO Nº 75/72-STC - Alteração do termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a firma Vicente Carneiro de Abreu & Irmãos Ltda.;

PROCESSO Nº 758/73-STC - Termo de aditamento ao convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER);

PROCESSO Nº 514/74-STC - Termo de ocupação do Ginásio de Brasília celebrado entre o Distrito Federal e a Empresa Inca S/A;

PROCESSO Nº 622/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Federação Automobilística do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 715/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Kenji Kawano;

PROCESSO Nº 716/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda. (SAB);

PROCESSO Nº 720/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e o Sr. Francisco Moreira de Souza;

PROCESSO Nº 735/74-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sra. Carmozina Alves da Cruz.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO-SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 1060/62 (apesnso proc. nº 1090/75)-Prestação de contas da Fundação Educacional do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1961.- O Tribunal determinou a citação dos responsáveis, de acordo com o parecer da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 357/70 - Prestação de contas da Companhia de Eletricidade de Brasília (CEB), relativa ao exercício de 1969.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 209/72-STC - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

PROCESSO Nº 260/72 (apenso proc. nº 441/74) - Termo aditivo ao convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Creche e Orfanato Menino Jesus;

PROCESSO Nº 300/72 (apensos procs. nºs. 399/73 e 443/74) - Termo aditivo ao convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e a Casa de Ismael;

PROCESSO Nº 358/72 (apensos procs. nºs. 358/73 e 442/74) - Termo aditivo ao convênio celebrado entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e o Instituto Dom Orione;

PROCESSO Nº 1530/73-STC - Termo de alteração do contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma Recapagem Amazonas Ltda.;

PROCESSO Nº 460/74 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Aesculap-Werke Ag Vormals Jetter & Scheerer D-72.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 135/74 - Prestação de contas da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. (TCB), relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria-Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 248/74 - Tomada de contas da Coordenadora do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração, relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal julgou regulares as contas e ordenou a expedição da competente provisão de quitação.

PROCESSO Nº 335/74 - Balancete da Central de Abastecimento de Brasília (CENABRA), relativo ao mês de março de 1974.- O Tribunal decidiu conceder o prazo de 15 (quinze) dias para o atendimento da diligência sugerida pela Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 371/74 - Aposentadoria do servidor José Petrucelli.- O Tribunal julgou legal a concessão da aposentadoria.

PROCESSO Nº 428/74 - Balancetes da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., relativos ao mês de abril de 1974.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação

da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 465/74-STC - Relatório de nova inspeção realizada na Sociedade de Habitações de Interesse Social.- Havendo a Procuradoria-Geral solicitado vista do processo, foi adiada a votação da matéria.

PROCESSO Nº 781/74-STC - Concessão, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), de prêmios e gratificações de mérito profissional e de produtividade a seus servidores.- O Tribunal decidiu solicitar a audiência da Procuradoria-Geral.

PROCESSO Nº 403/74 - Prestação de contas de subvenção concedida à Casa do Ceará, no valor de Cr$ 15.000,00.- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

RELATADOS PELO AUDITOR AD HOC JOMAR MACIEL PIRES

PROCESSO Nº 631/73 - Ofício nº 896/73, de 16 de agosto de 1973, do Sr. Diretor Superintendente da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS), mediante o qual encaminha à Corte o Manual de Contabilidade para as Cohabs.- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria-Geral, dispensada a sugestão de fls. 245.

PROCESSO Nº 899/73 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis pela Região Administrativa II-Gama, relativa ao exercício de 1972.- O Tribunal julgou regulares as contas dos administradores e ordenou lhes fossem expedidas as provisões de quitação.

PROCESSO Nº 190/74 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Godart Statham NV.;

PROCESSO Nº 277/74 - Contrato celebrado entre a Fundação das Pioneiras Sociais e a Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para as anotações devidas.

PROCESSO Nº 207/74 - Contrato celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma Siemens Ag.- O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento do processo até a apresentação do relatório da Comissão que realizou inspeção in loco na Fundação Hospitalar, dispensada a outra sugestão da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 306/74 - Tomada de contas do Agente de Material do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, relativa ao exercício de 1972;

PROCESSO Nº 314/74 - Balancetes da Fundação Educacional do Distrito Federal, relativos ao mês de março de 1974.

- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 408/74 - Balancete da Central de Abastecimento de Brasília (CENABRA), relativo ao mês de abril de 1974.- O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria-Geral.

PROCESSO Nº 444/74 - Balancete de operações da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília (TCB), relativo ao mês de maio de 1974;

PROCESSO Nº 446/74 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), relativo ao mês de abril de 1974.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para futura contrasteação com as contas anuais das entidades.

PROCESSO Nº 831/74-STC - Relatório de inspeção realizada no Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação do Distrito Federal (DEFER).- O Tribunal decidiu acolher as sugestões da Procuradoria-Geral, solicitando ainda que o Exmo. Sr. Chefe do Gabinete Civil do Governador determine ao DEFER o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento do que se pede no item b de fls. 18.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procuradora-Geral.

Geraldo Ferraz
Heraclio Salles
Jesus da Paixão Reis
Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz

CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADA MARIA ALVES PEREIRA LOPES, na forma abaixo.

Aos 03 dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário do Governo, IVAN GUANAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Governador expressamente exarada no Processo nº 332966/73, e, do outro, a Senhora MARIA ALVES PEREIRA LOPES, brasileira, casada, comerciante, inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o nº 07053362-8, residente e domiciliada na Quadra 06 - Conjunto "B" - Lote nº 35 - Sobradinho - nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Área 14 do Bloco "D" - medindo 5,00 m2 (cinco metros quadrados), da Feira Modelo de Sobradinho. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e a OUTORGADA não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, produtos hortigrangeiros, fazendo o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento não assegura exclusividade a OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. CLÁUSULA SEXTA - A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificação da linha de comercialização da OUTORGADA, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SÉTIMA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos empregados, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, do qual tem pleno conhecimento que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 01 (um) salário mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLÁUSULA NONA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho-SEF, ou onde este determinar, a partir de 16 de maio do ano de 1974, uma Taxa de Ocupação no valor de Cr$. 37,68 (trinta e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos), mensal, até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso do pagamento de que trata a presente Cláusula sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: a) - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito; b) - mora de 1% (um por cento), sobre o valor do débito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (trinta) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O valor da Taxa de Ocupação estipulado na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na mesma proporção em que for alterado o Salário Mínimo Regional. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A vigência do presente Termo de Ocupação é de 12 meses, contados a partir de 16 de maio de 1974 a 15 de abril do ano de 1975, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A OUTORGADA deverá fixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, uma Tabela de Preços, dos produtos a serem comercializados, não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. CLÁUSULA VIGÉSIMA - O OUTORGANTE em hipótese alguma terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais, eventualmente a OUTORGADA, tenha ou venha ter contratos ou compromissos. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se a OUTORGADA as taxas de uso do novo local designado. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Obriga-se a OUTORGADA a utilizar a área objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARÁGRAFO ÚNICO - A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim

justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (as.) IVAN GUANAES DE OLIVEIRA; Pela OUTORGADA: (as.) MARIA ALVES PEREIRA LOPES. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 18, fls. 388/91 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 1º / 7 / 1974

VISTO

Em, 02/7/74

EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de
Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

./jgd/.

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADA TEREZINHA ROSA DE SANTANA, na forma abaixo.

Aos 06 (seis) dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL no ato representado pelo seu Secretário do Governo, IVAN GUANAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Senhor Governador expressamente exarada no Processo nº 332966/73, e, do outro, a Senhora TEREZINHA ROSA DE SANTANA, brasileira, solteira, comerciante, inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o nº 07053337-7, residente e domiciliado na Quadra 02 Conjunto D-05 Casa nº 10 - Sobradinho, nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box nº 06 do Bloco "B", medindo 10,00 m2 (dez metros quadrados), da Feira Modelo de Sobradinho. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e a OUTORGADA não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, produtos hortigrangeiros, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento não assegura exclusividade a OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. CLÁUSULA SEXTA - A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificação da linha de comercialização da OUTORGADA, dependerão de autorização do OUTORGANTE ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SÉTIMA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos empregados, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, do qual tem pleno conhecimento que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 01 (um) salário mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLÁUSULA NONA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA - São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE, na Coletoria de Sobradinho-SEF, ou onde este determinar, a partir de 15 de maio do ano de 1974, uma Taxa de Ocupação no valor de Cr$. 150,72 (cento e cinqueta cruzeiros e setenta e dois centavos), mensal, até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada Mês. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso do pagamento de que trata a presente Cláusula sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: a) - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito; b) - mora de 1% (um por cento), sobre o valor do débito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (trinta) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qual interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo anterior. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O valor da Taxa de Ocupação estipulada na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na mesma proporção em que for alterado o Salário Mínimo Regional. CLÁUSULA DECIMA QUARTA - A vigência do presente Termo de Ocupação é de 12 meses, contados a partir de 15 de maio de 1974, a 14 de abril do ano de 1975, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A OUTORGADA deverá fixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, uma Tabela de Preços, dos produtos a serem comercializados, não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida Tabela de Preços. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. CLÁUSULA VIGÉSIMA - O OUTORGANTE em hipótese alguma terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais, eventualmente a OUTORGADA, tenha ou venha ter contratos ou compromissos. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se a OUTORGADA as taxas de uso do novo local designado. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Obriga-se a OUTORGADA a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo de Sobradinho, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARÁGRAFO ÚNICO - A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá valida de após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (as.) IVAN GUANAES DE OLIVEIRA; Pela OUTORGADA: (as.) TEREZINHA ROSA DE SANTANA; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 18, fls. 400/03 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 10 / 7 / 1974

VISTO

Em, 02/7/74

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de
Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

TERMO DE ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO FIRMADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. EM 12 DE NOVEMBRO DE 1973, OBJETIVANDO A RECUPERAÇÃO DOS ANEXOS I E IV, situados no Setor Hoteleiro Turístico Norte.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Superintendencia da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor CARLOS BLACK PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pelo Artigo 3º, inciso IV, do Decreto do Departamento de Turismo aprovado pelo Decreto nº 1 745, de 12 de julho de 1971, e, do outro, a SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA, doravante denominada SHIS, aqui representada pelos Senhores DILSON CARLOS REHEM e JOSÉ ROBERTO LUCON, brasileiros, casados, o primeiro, engenheiro e o segundo economista, residentes e domiciliados nesta Capital, respectivamente, Diretor-Superintendente e Diretor Financeiro, deliberam firmar o presente Termo de Alteração do instrumento aditivo entre si celebrado em 12 (doze) de novembro de 1973 objetivando a recuperação dos Anexos I e IV, situados no Setor Hoteleiro Turístico Norte, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Primeira do instrumento em referência passa a ter a seguinte redação: CLÁUSULA PRIMEIRA - O valor estipulado na Cláusula Terceira do instrumento principal, celebrado entre o Distrito Federal e a SHIS em 04 de abril de 1973, e aditado em 12 de novembro de 1973, será complementado com a importância de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) PARÁGRAFO ÚNICO - A complementação a que se refere esta cláusula é procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício Lei nº 5 865, de 12 de dezembro de 1972, e correrá à conta do seguinte Elemento: 4.1.1.0 - OBRAS PÚBLICAS - Subelemento-06, Ampliação, Restauração, Reconstrução e Modificações, conforme Nota de Empenho nº 490/73, no valor de Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), emitida pelo Departamento de Turismo. CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do termo ora alterado. CLÁUSULA TERCEIRA - Este instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (a.s.) CARLOS BLACK PEREIRA; Pela SHIS (as) DILSON CARLOS REHEM e JOSÉ ROBERTO LUCON; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 311/13 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 27 / 06 / 1974

VISTO

Em, 02/7/74

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de
Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

TERMO DE OCUPAÇÃO DO GINÁSIO DE BRASÍLIA, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A CASA DO CANDANGO, OBJETIVANDO A APRESENTAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO, EM BENEFÍCIO DA BARRACA DO CEARÁ.

Aos 27 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Palácio Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Superintendente Substituto da Administração das Unidades Desportivas Senhor TAQUEGI KORESSAWA, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pelo Artigo 3º, inciso I, do Decreto nº 2.070, de 09 de outubro de 1972, e, do outro, a CASA DO CANDANGO, entidade civil, sem fins lucrativos, doravante denominada simplesmente OCUPANTE, neste ato representada pela Senhora HELLÊ CAIADO DE CASTRO ROLLER, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, com fulcro no Artigo 24 da Lei nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente instrumento tem por objeto a utilização, pela OCUPANTE, do Ginásio de Brasília, no dia 27 (vinte e sete) de junho de 1974, para apresentação de show artístico. PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluídos da utilização a que se refere esta cláusula os Bares e Tribunas de Honra. CLÁUSULA SEGUNDA - A OCUPANTE recolherá à Coletoria Central da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, importância correspondente a 10 (dez) salários-mínimos da região, para pagamento da Taxa de Ocupação e despesas operacionais. PARÁGRAFO ÚNICO - O recolhimento da importância mencionada nesta cláusula, será procedido até o dia 02 (dois) de julho do ano em curso. CLÁUSULA TERCEIRA - Correrão por conta da OCUPANTE todos e quaisquer impostos e taxas que incidirem sobre este Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUARTA - O Distrito Federal reserva-se o direito de vender ou fixar normas para a venda dos ingressos referentes às cadeiras situadas no setor denominado "LARANJA", cuja renda será entregue à OCUPANTE. PARÁGRAFO ÚNICO - Não caberá à OCUPANTE qualquer indenização, caso não seja procedida a venda total dos ingressos referentes às cadeiras do setor mencionado nesta cláusula. CLÁUSULA QUINTA - O Distrito Federal não se responsabilizará por quaisquer acidentes com os integrantes do show artístico. CLÁUSULA SEXTA - O não cumprimento, pela OCUPANTE de qualquer cláusula deste Termo, obrigará a mesma ao pagamento de importância correspondente a 20 (vinte) salários-mínimos da região, a título de multa. CLÁUSULA SÉTIMA - Os débitos para com o Distrito Federal que decorrerem do presente ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA OITAVA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", expirando-se sua vigência após o integral cumprimento, pela OCUPANTE, das obrigações assumidas. CLÁUSULA NONA - A OCUPANTE suportará o ônus da publicação deste Termo. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília-Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) TAQUEGI KORESSAWA; Pela OCUPANTE: (as.) HELLÊ CAIADO DE CASTRO ROLLER. Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 316/17 da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 27 / 06 / 1974

VISTO

Em, 02/7/74

EMMANUEL F.MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de
Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

rcas/

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL OBJETIVANDO O PROSSEGUIMENTO DO PROJETO R.A. 1. 013 - CONSTRUÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL PARA A PRÁTICA DE ESPORTES, DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Superintendência da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Administrador Regional do Gama, Senhor ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA, brasileiro, casado, Técnico em Comunicação Social, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº 079.159/73, e, do outro lado, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, no ato representada pelo seu Diretor-Superintendente, engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, estatutos sociais vigentes e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração, em suas 942a. e 819a. sessões, realizadas, respectivamente, em 23 e 24 de maio de 1.974, resolvem firmar o presente Termo de Renovação do Convênio celebrado entre as mesmas partes, em 28 de dezembro de 1970, e renovado em 28 de setembro de 1972, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento, fica renovado o Convênio celebrado entre as mesmas partes, em 28 de dezembro de 1970, renovado em 28 de setembro de 1972, objetivando o prosseguimento do Projeto R.A 1 013 - Construção do Estádio Municipal para a prática de esportes, da Administração Regional do Gama. CLÁUSULA SEGUNDA - O prazo de vigência do presente Termo é de 12 (doze) meses, contados da sua publicação no órgão oficial "DISTRITO FEDERAL". CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do instrumento originário e de sua renovação, mencionadas na Cláusula Primeira. CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal -, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste Termo. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 8 (OITO) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA; PELA NOVACAP: (as.) JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES. Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 309/10 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 1º / 7 / 1974

VISTO

Em 02/7/74

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

TERMO DE OCUPAÇÃO DE ÁREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NA FEIRA MODELO DE SOBRADINHO, QUE FIRMAM COMO OUTORGANTE O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, E COMO OUTORGADA ANITA BARROS CRUZ, na forma abaixo.

Aos 05 (cinco) dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário do Governo, IVAN GUANAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Senhor Governador expressamente exarada no Processo nº 332966/73, e, do outro a senhora ANITA BARROS CRUZ, brasileira, casada, comerciante, inscrita na Secretaria de Finanças do Distrito Federal, sob o nº 07053351-2, residente e domiciliada na Quadra 2 Conjunto E-10 casa nº 18, Sobradinho - nesta Capital, doravante denominados simplesmente OUTORGANTE e OUTORGADA, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo de Ocupação será firmado em conformidade com o que estabelece o Artigo 24 da Lei nº 4545, de 10 de dezembro de 1964. CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Ocupação compreende a dependência denominada Box nº 4 do Bloco I - medindo - 10,00m2 (dez metros quadrados), da Feira Modelo de Sobradinho. CLÁUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na dependência, objeto do presente Termo, sem a prévia aprovação e autorização por escrito do OUTORGANTE através da Administração Regional de Sobradinho, e sendo autorizada qualquer benfeitoria, ficará a mesma, desde logo, incorporada ao imóvel, e a OUTORGADA não terá direito em tempo algum, a indenização ou retenção da referida benfeitoria. - CLÁUSULA QUARTA - A OUTORGADA poderá comercializar, no varejo, produtos hortigrangeiros, fazendo-o exclusivamente na dependência, objeto deste Termo de Ocupação. CLÁUSULA QUINTA - O presente instrumento não assegura exclusividade a OUTORGADA de operar com produtos de sua especialidade. CLÁUSULA SEXTA - A inclusão de produtos diferentes dos especificados na Cláusula Quarta, ou modificação da linha de comercialização da OUTORGADA, dependerão de autorização do OUTORGANTE, ouvida a Coordenação de Indústria e Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção. CLÁUSULA SÉTIMA - A OUTORGADA obriga-se a respeitar e fazer respeitar pelos empregados, o Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, que fica fazendo parte integrante do presente instrumento como se nele transcrito fosse, bem como as instruções baixadas pelo OUTORGANTE. CLÁUSULA OITAVA - O não cumprimento do Regulamento da Feira Modelo de Sobradinho, obrigará a OUTORGADA ao pagamento de multa no valor de 01 (um) salário mínimo regional ao OUTORGANTE, que será recolhida aos cofres do - Distrito Federal, segundo a mesma modalidade da Taxa de Ocupação. CLÁUSULA NONA - Verificando-se a reincidência da OUTORGADA, o Termo de Ocupação será rescindido, sem que caiba qualquer direito de indenização. CLÁUSULA DÉCIMA - O OUTORGANTE poderá exigir o afastamento do recinto da Feira Modelo de Sobradinho, de qualquer empregado da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente inconveniente ao interesse público. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - São de inteira responsabilidade do OUTORGANTE, as despesas com energia elétrica, telefone, água e esgoto. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A OUTORGADA pagará ao OUTORGANTE; na Coletoria de Sobradinho-SEF, ou onde este determinar, a partir de 15 maio do ano de 1974, uma Taxa de Ocupação no valor de Cr$. 150,72 (cento e cinquenta cruzeiros e setenta e dois centavos), até o 10º (décimo) dia após o vencimento de cada mês. PARÁGRAFO PRIMEIRO - O atraso do pagamento de que trata a presente Cláusula sujeitará a OUTORGADA as seguintes sanções: a) - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito; b) - mora de 1% (um por cento), sobre o valor do débito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da importância devida, por mais de 30 (trinta) dias implicará na rescisão do presente instrumento, independente de qualquer interpelação ou notificação Judicial ou Extrajudicial, sem prejuízo do disposto no Parágrafo Anterior. CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA - O valor da Taxa de Ocupação estipulado na Cláusula Décima Segunda, será reajustável na mesma proporção em que for alterado o Salário Mínimo Regional. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A vigência do presente Termo de Ocupação é de 12 meses, contados a partir de 15 de março de 1974, a 14 de abril de 1975, sem prejuízo da precariedade prevista na Cláusula Primeira. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA A OUTORGADA obriga-se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades da Feira Modelo de Sobradinho, cumprindo os horários estabelecidos para tal, através da Administração Regional de Sobradinho. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A OUTORGADA se compromete a apresentar seguro total ao OUTORGANTE (danos ou riscos de qualquer espécie), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura deste instrumento, correspondente a área objeto do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A OUTORGADA se compromete a manter em perfeitas condições de limpeza e higiene a área objeto do presente Termo. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A OUTORGANTE deverá fixar na dependência, objeto do presente Termo de Ocupação, uma Tabela de Preços, dos produtos a serem comercializados não poderá cobrar pelas mercadorias que vender, preço superior ao fixado na referida - Tabela de Preços. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Termo de Ocupação não poderá ser transferido ou cedido no todo ou em parte, mesmo em caráter eventual. CLÁUSULA VIGÉSIMA - O OUTORGANTE em hipótese alguma terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais, eventualmente a OUTORGADA, tenha ou venha a ter contratos ou compromissos. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O OUTORGANTE, poderá a seu critério, mediante aviso prévio, remanejar a área permitida, aplicando-se a OUTORGADA as taxas de uso do novo local designado. CLÁUSULA VIGESIMA SEGUNDA - Obriga-se a OUTORGADA a utilizar o Box objeto deste instrumento imediatamente após sua assinatura e com a constância necessária ao bom funcionamento da Feira Modelo, não sendo absolutamente permitida a utilização descontínua, de forma a não prejudicar a demanda e o interesse geral. PARÁGRAFO ÚNICO - A inobservância do acima disposto implicará na cassação do presente Termo de Ocupação. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O presente Termo de Ocupação só terá validade após sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal". PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta da OUTORGADA todas as despesas decorrentes da publicação deste instrumento. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, - para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido, e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo OUTORGANTE: (as.) IVAN GUANAES DE OLIVEIRA; Pela OUTORGADA: (as.) ANITA BARROS CRUZ; Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 18, fls. 392/95 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 1º / 7 / 1974

VISTO

Em 02/7/74

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL E O BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A, OBJETIVANDO A ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Finanças, presentes, de um lado o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário de Finanças senhor FERNANDO DE TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 013.115/74, e, do outro, o BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S/A, aqui representado pelos senhores RAIMUNDO NONATO DE MELO e MANOEL JESUS PEREIRA CUVELLO, brasileiros, casados, gerente e subgerente, respectivamente, residentes e domiciliados nesta Capital, doravante denominado simplesmente BANCO, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda e na Secretaria de Finanças do Distrito Federal sob os nºs. 04.562.120/002 e 139.057, respectivamente, estabelecido no Edifício Casa de São Paulo, Setor Bancário Sul, Loja nº 7, Q. "A", em Brasília, Distrito Federal, deliberam firmar este ajuste, nos Termos do Decreto "N" nº 644, de 11 de agosto de 1967, que regulamenta o art. 74 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, objetivando a prestação de serviços de arrecadação tributária, de acordo com as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Obriga-se o BANCO, em Brasília, a arrecadar diretamente dos Contribuintes os Impostos Predial e Territorial Urbano, Sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Serviços, devidos ao DISTRITO FEDERAL, nos prazos regulamentares. CLÁUSULA SEGUNDA - As importâncias arrecadadas segundo a cláusulas anterior serão registradas no BANCO, em conta transitória, sem juros, aberta sob o título contábil DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS À VISTA - CONVÊNIO DO DISTRITO FEDERAL - CONTA ARRECADAÇÃO, cujo saldo será transferido na forma estabelecida na Cláusula Terceira deste Termo. CLÁUSULA TERCEIRA - Até o dia 20 (VINTE) de cada mês, ou no 1º (PRIMEIRO) dia útil subsequente, o BANCO transferirá diretamente à matriz do BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, sem qualquer ônus, para crédito na conta do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, mencionada na cláusula anterior, o saldo existente até o dia 14 (QUATORZE). CLÁUSULA QUARTA - O BANCO, na qualidade de Agente Arrecadador, não responderá pelos prazos, declarações, cálculos e outros elementos consignados nas Guias de Recolhimento, preenchidas segundo modelo aprovado pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal. CLÁUSULA QUINTA - O BANCO, encaminhará, diariamente, as segundas e terceiras vias das Guias de Recolhimento recebidas, acompanhadas de 3 (TRÊS) vias do "Aviso de Recolhimento e Crédito", e, mensalmente, os Avisos de Débito relativos às transferências efetuadas para o BANCO REGIONAL DE BRASILIA S/A, acompanhada de 2 (DUAS) vias do extrato de conta do período da transferência. CLÁUSULA SEXTA - O Decreto "N" nº 644, de 11 de agosto de 1967, para todos os efeitos, passa a constituir parte integrante do presente convênio, independentemente de transcrição. CLÁUSULA SÉTIMA - O BANCO, se por motivos não justificáveis, deixar de cumprir quaisquer das cláusulas deste instrumento, ou as solicitações da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, independentemente de vir a ser declarado inidôneo para transacionar com órgão do Complexo Administrativo do Distrito Federal, por ato do Governador, mediante proposta circunstanciada do Secretário de Finanças. CLÁUSULA OITAVA - As partes é facultada a denúncia do ajuste, a qualquer tempo, sem direito a indenização de qualquer natureza, formulada por escrito, cujos efeitos se produzirão somente decorridos 30 (TRINTA) dias após o uso dessa faculdade. CLÁUSULA NONA - O presente convênio entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", sem ônus para o BANCO. CLÁUSULA DÉCIMA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal -, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente ajuste. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (SETE) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; PELO BANCO: (as.) RAIMUNDO NONATO DE MELO e (as.) MANOEL JESUS PEREIRA CUVELLO. Testrmunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 313/15 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 28 / 06 / 1974

VISTO

Em 02/7/74

MARCOS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do
Distrito Federal

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA IBM DO BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, EM 26 DE JULHO DE 1972, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS DAS MÁQUINAS IBM, INSTALADAS NA SECRETARIA DO GOVERNO.

Aos 23 dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1.974), no Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo seu Secretário IVAN GUANAES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 55.628/74, e, do outro, a firma IBM DO BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS, E SERVIÇOS LTDA, estabelecida no Edifício Brasal I, 1º andar SCS - inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº.. 33.372.251/100, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, aqui representada pelo Senhor GERALDO NUNES CALAINHO, brasileiro.

casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de ' Gerente da Filial em Brasília, deliberam firmar o presente Termo de Renovação do Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma IBM DO BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 1972, mediante as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento fica renovado o Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma IBM DO BRASIL - INDÚSTRIA, MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho de 1972, lavrado às fls. 331/32 do Livro nº 12 de Registro de Contratos e ' Convênios da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, tendo por objeto a prestação de Serviços relativos à manutenção, conservação e substituição de peças das máquinas IBM, instaladas na Secretaria do Governo, publicado no Distrito Federal do dia 25 de abril de 1973. CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA obriga-se durante o ano de 1974, a prestar assistência técnica e manutenção preventiva adequada e indispensável ao bom funcionamento das máquinas de escrever elétricas, cujos números de tombamento são:.. 27.135, 27.134, 522, 27.145, 35.699, 35.698, 35.700, 31.207,523, 40.668, 40.669, 40.670, de sua fabricação e de propriedade do ' Distrito Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA providenciará a limpeza e lubrificação das máquinas em questão, mantendo o seu equipamento sempre limpo lubrificado e em bom funcionamento, usando para tal fim, de pessoal especializado, de ferramentas e lubrificantes apropriados. CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATADA substituirá as peças gastas ou quebradas no uso das máquinas. CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA atenderá aos chamados para reparos dentro' do horário de seu expediente normal, sem cobrança adicional. CLÁUSULA SEXTA - A CONTRATADA não se responsabilizará por eventuais' danos ocasionados nas máquinas em questão. CLÁUSULA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL através de sua Secretaria do Governo, pagará a CONTRATADA a importância de Cr$ 3.147,06 (três mil, cento e quarenta e sete cruzeiros e seis centavos), em duas parcelas, sendo a primeira no valor de Cr$ 1.573,53 (um mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta e três centavos), após a publicação do presente instrumento no órgão oficial "Distrito Federal", e a segunda no valor de Cr$ 1.573,53 (um mil, quinhentos e setenta e três cruzeiros e cinquenta e três centavos), no mês do vencimento deste Contrato. CLÁUSULA OITAVA - Não estão cobertos neste Contrato os serviços e as substituições de peças em decorrências de acidentes, negligência, mau uso ou mudanças de especificações, assim como a substituição de fitas ou limpeza dos tipos e esferas de impressão. CLÁUSULA NONA - Também não se incluem no presente Contrato a prestação de serviços fora das máquinas, mesmo que sejam a elas direta ou indiretamente afetos, assim como outros serviços que se tornem necessários pelo seu funcionamento ' em decorrência de peças, acessórios ou dispositivos de outras fabricações que não da IBM, além de serviços outros não especificados no presente Contrato. CLÁUSULA DÉCIMA - Os recursos para fazer face a execução deste Contrato, são procedentes do ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - Secretaria do Governo, para o corrente exercício - Lei nº 5.978, de 12 de dezembro de 1973, e correrão à conta do seguinte Elemento: 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº 028/74-SEG, no valor de Cr$ 3.147,06 ' (três mil cento e quarenta e sete cruzeiros e seis centavos), emitida pela Secretaria do Governo. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", expirando-se sua vigência no dia 31 (trinta e um) de dezembro de 1974, sendo que os efeitos financeiros retroagem a 1º (primeiro) de janeiro de 1974. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Correrão por conta da CONTRATADA as despesas da ' publicação deste ajuste. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1ª Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) cópias de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL: (as.) IVAN GUANAES DE OLIVEIRA; Pela CONTRATADA: (as.) GERALDO NUNES CALAINHO. Testemunhas: (as.) JOSÉ GUIOMARINO DIAS e (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 214/16 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 1º / 7 / 1974

VISTO
Em 02/7/74

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, OBJETIVANDO REGULAR A ADMINISTRAÇÃO, PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE DIVERSAS UNIDADES DESTINADAS AO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL, na forma abaixo.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Superintendência da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Coronel MAURILO DE HOLLANDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no processo nº 059571/74, e, do outro, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante denominada simplesmente NOVACAP, aqui representada pelo seu Diretor-Superintendente engenheiro JOSÉ REYNALDO CARNEIRO TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, conforme dispõe a Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais Estatutos da Empresa e autorizações da das pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 939a e 816a, Sessões, realizadas respectivamente, em 30 de abril de 1974 e 03 de maio de 1974, resolvem firmar o presente Termo de Renovação do Convênio entre si celebrado em 26 de agosto de 1968, mediante as seguintes cláusulas e condições: CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento, fica renovado o Convênio firmado entre o Distrito Federal e a NOVACAP, em 26 de agosto de 1968, objetivando regular a Administração, pela segunda para o primeiro, das obras de construção das seguintes unidades destinadas ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; 1) - Acabamento da obra já contratada do Quartel do Corpo de Bombeiros em Taguatinga; 2) Unidade de combate ao incêndio no Gama; 3) - Unidade de combate ao incêndio em Sobradinho; 4) - Unidade de combate ao incêndio no Núcleo Bandeirante; 5) Academia de Bombeiros do Distrito Federal; 6) - Comando do Corpo de Bombeiros. CLÁUSULA SEGUNDA - Este instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", expirando sua vigência 06 (seis) meses após, sendo que os efeitos retroagem ao - dia 1º (primeiro) de janeiro de 1973. CLÁUSULA TERCEIRA - Permanecem ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do instrumento principal e de seus Termos de Aditamento e Renovação firmados em 26.03.69, 10.12.69, 08.05.70; 31.08.70, 05.08.71, 17.12.71, 22.06.72 e 14.11.72, não expressamente alteradas. CLÁUSULA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) MAURILO DE HOLLANDA; Pela NOVACAP: (as.) JOSÉ REYNALDO CARNEIRO TAVARES. Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 306/06 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO
Em 02/7/74

BRASÍLIA, 27 / 06 / 1974

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
1º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

TERMO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FIRMA ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA & CIA LTDA, EM 6 DE ABRIL DE 1 972, OBJETIVANDO A LOCAÇÃO DE 06 (SEIS) SALAS, LOCALIZADAS NO EDIFÍCIO VENÂNCIO III, DESTINADAS A INSTALAÇÃO DA JUNTA DE RECURSOS FISCAIS.

Aos 28 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, presentes de um lado, o Distrito Federal, no ato representado pelo Senhor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência do Governador, expressamente exarada no Processo nº 000.439/74, e, do outro, a Firma ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA & CIA LTDA, C.G.C. nº 00220523/001, aqui representada pelo Senhor JOSÉ NICODEMOS VENÂNCIO, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente LOCADORA, resolvem firmar o presente Termo de Renovação do Contrato celebrado entre as mesmas partes em 06 de abril de 1972, lavrado às fls. 05/07, do Livro nº 10, de Registro de Contratos e Convênios, da 1a.Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, mediante as seguintes cláusulas e condições. CLÁUSULA PRIMEIRA - Através do presente instrumento fica renovado pelo prazo de 03 meses, contado a partir de 19/01/74 até 31/03/74, o Contrato de Locação celebrado entre as mesmas partes, em 06 de abril de 1972, tendo por objeto a Locação das salas nºs. 509,510,511,512,513 e 514, situadas no Edifício Venâncio III, localizado no Setor de Diversões Sul, Lote B/2, nesta Capital. CLÁUSULA SEGUNDA - O valor locativo pelo período de 90 (noventa) dias é de Cr$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL CRUZEIRO), já incluídas as despesas de condomínio e os encargos tributários. CLÁUSULA TERCEIRA - Caberá ao LOCATÁRIO, o pagamento das importâncias referentes a água, luz, telefone e esgotos. CLÁUSULA QUARTA - O LOCATÁRIO declara receber as salas mencionadas na Cláusula Primeira deste instrumento, em perfeitas condições de habitabilidade obrigando-se a mantê-las no mesmo estado de uso e conservação, quando do término deste contrato. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão por conta do LOCATÁRIO os estragos resultantes do uso das salas, e, por conta da LOCADORA, somente os consertos dos defeitos originados por vícios - de construção, obrigando-se o LOCATÁRIO, através da Junta de Recursos Fiscais, para esse fim e efeito, avisar com antecedência a LOCADORA, da ocorrência de qualquer defeito. PARÁGRAFO SEGUNDO - O LOCATÁRIO, através da Junta de Recursos Fiscais, submeterá à LOCADORA, para sua aprovação os consertos a serem efetuados, devendo, sempre, empregar na coisa consertada ou substituída, material idêntico ou, a sua falta, similar de boa qualidade. CLÁUSULA QUINTA - Fica expressamente proibida qualquer modificação no imóvel, salvo autorização expressa da LOCADORA, a qual deverá ser objeto de termo ao presente Contrato, passando a integrar o imóvel, sem que o LOCATÁRIO assista qualquer direito de retenção ou indenização, mesmo das benfeitorias úteis. PARÁGRAFO ÚNICO - O LOCATÁRIO obriga-se a manter as fachadas dos imóveis, no estado determinado pela LOCADORA, não podendo alterá-las em desacordo com as posturas locais sem a prévia anuência da LOCADORA, permitindo, sempre que necessário, a vistoria dos imóveis a juízo da LOCADORA, bem como compromete-se a respeitar o Regulamento do Edifício, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição. CLÁUSULA SEXTA - As salas são dadas em locação para uso exclusivo dos serviços administrativos do LOCATÁRIO, vedada a sublocação, do presente Contrato sem a autorização expressa da LOCADORA, a qual se vier a ser dada deverá constar de termo aditivo. PARÁGRAFO ÚNICO - Não será permitida a permanência de - pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas, obrigando-se o LOCATÁRIO, nesta hipótese, a efetuar a imediata desinfecção das áreas, notificando a autoridade sanitária competente. CLÁUSULA SÉTIMA - A infração de qualquer das cláusulas deste Contrato, implicará na sua automática rescisão, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial. CLÁUSULA OITAVA - Os recursos para fazer face às despesas com a execução deste instrumento, são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente - exercício Lei nº 5 978, de 12 de dezembro de 1973, e correrão à conta do Elemento: 3.1.3.0 - SERVIÇOS DE TERCEIROS, conforme Nota de Empenho nº 172/74-SEF, no valor de Cr$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros), emitida pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal. CLÁUSULA NONA - O presente instrumento entrará em vigor na data de sua publicação no órgão oficial "Distrito Federal", expirando-se sua vigência após o cumprimento das obrigações pelos contratantes. CLÁUSULA DÉCIMA - O LOCATÁRIO obriga-se a entregar a LOCADORA, quaisquer intimações que lhes forem dirigidas sobre os imóveis dados em locação. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Correrão por conta da LOCADORA as despesas decorrentes da publicação deste Contrato. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em livro próprio da 1a.Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) cópias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e pelas testemunhas abaixo. Pelo Distrito Federal: (as.) FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE; Pela Locadora: (as.) JOSÉ NICODEMOS VENÂNCIO. Testemunhas: (as.) JOSÉ OSÉAS DOS SANTOS e (as.) RITA DE CÁSSIA AMORIM DA SILVA.

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 17, fls. 323/25 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

VISTO
Em 02/7/74

EMMANUEL F. MENDES LYRIO
9º Subprocurador-Geral do Distrito Federal

BRASÍLIA, 1º / 7 / 1974

MARCOS ANTÔNIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1.ª SPRG - Chefe

RESUMO DE ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Aditivo ao Contrato Nº 04/73
Tomada de Preços Nº 03/73
Processo Nº 01.131/74
Interessado: EGESA — EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A
Objeto: Alterando o item b, da Cláusula II, e o item 1 da Cláusula IV

a) Onde especifica "tratamento superficial duplo", passa a ter a seguinte redação:

—Capa em concreto betuminoso usinado a quente com espessura de 3 cm.

Valor: b) O valor inicial de Cr$ 2.447.910,00 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, novecentos e dez cruzeiros), atribuído aos serviços na Cláusula IV, item 1, fica alterado para Cr$ 2.618.223,81 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil, duzentos e vinte e três cruzeiros e oitenta e um centavos), com um acréscimo, portanto de Cr$ 170.313,81 (cento e setenta mil, trezentos e treze cruzeiros e oitenta e um centavos)

Data: 14 de junho de 1.974.

DISTRITO FEDERAL

Órgão Oficial do Poder Executivo do Distrito Federal

EDITAIS E AVISOS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DER-DF
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCORRÊNCIAS
TOMADA DE PREÇOS Nº. 008/74

Edital:- À disposição dos interessados na Comissão Permanente de Concorrências, no 2º. andar do Edifício Sede do DER-DF - Setor de Áreas Isoladas Norte - Lote "C", em Brasília, Distrito Federal.
Objeto: - Execução de trabalhos rodoviários compreendendo a construção de um balão no entroncamento da Rodovia DF-8 com a Avenida Comercial de Taguatinga, sob o regime de empreitada, mediante aplicação de tabela de preços unitários.
Data da realização: - 26 (vinte e seis) de julho de 1974, às 16:00 (dezesseis) horas.

Brasília, 05 de julho de 1974
ROBERTO VITORIIA PINHEIRO
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE CONCORRÊNCIAS DO DER-DF

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 042/74-CPL, PARA EXECUÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, MEDIANTE APLICAÇÃO DE TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS, DE MEIOS-FIOS E CALÇADAS EM CONCRETO NA E.P.T.G. (ESTRADA PARQUE TAGUATINGA), EM BRASÍLIA-DISTRITO FEDERAL.
Chamamos a atenção das firmas empreiteiras regularmente registradas na Secretaria Executiva desta Comissão, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 15:00 horas do dia 22 de julho de 1974, na sala de licitações.
O Edital e demais elementos encontram-se à disposição dos interessados, na Secretaria executiva da CPL, no 8º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Brasília, 4 de julho de 1974
ENGº JOSÉ HAILON GOMIDE
Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
S.V.O. - NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 026/74-CPLM-DA, PARA AQUISIÇÃO DE TELAS DE AÇO CA-50-B, DESTINADAS À DIVISÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS/DeU DA DIRETORIA DE URBANIZAÇÃO DA NOVACAP, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Chamamos a atenção das firmas fornecedoras, regularmente registradas no Registro Central de Fornecedores do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, para a Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada no dia 23 de julho de 1974, às 16:00 horas, na sala de licitações da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL, no 13º andar do Edifício Sede da NOVACAP.

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados na COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL.

Brasília, 05 de julho de 1974

ENGº GERALDO RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente da CPLM-DA

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS DO DISTRITO FEDERAL
PAUTA DE JULGAMENTO

Faço público, de ordem do Exmº. Sr. Juiz Amaury Ubirajara da Silva Ramos, Presidente da Egrégia Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal, sediada no Anexo do Palácio do Buriti, 15º. andar, que constam da pauta para a Sessão que se realizará no dia 1º. de agosto de 1974, (quinta-feira) às 15:00 horas, ou Sessão subsequente processos com julgamentos iniciados ou adiados e contantes de pautas anteriores publicadas e mais o (s) seguinte (s) feito (s):

Recurso "ex officio" nº. 215/74
Recorrente: Departamento da Receita
Recorrido: Eliya Kalaora
Juiz Relator: Nelson Fernandes Eustáquio

Recursos Voluntário nº. 237 e 238/74
Recorrente: Massa Falida de Minart Decorações Ltda.
Recorrido: Departamento da Receita
Juiz Relator: Adolfo Dias Lopes

Recurso Voluntário nº. 125/73
Recorrente: Sociedade Agro Comercial Paulista Ltda.
Recorrido: Divisão de Tributos Diversos
Juiz Relator: Nelson Fernandes Eustáquio

Secretaria da Junta de Recursos Fiscais do Distrito Federal.
Em, 26 de junho de 1974.

RONALDO MARCIO DO VALLE
Assistente Substº.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
INSPETORIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

EDITAL

O INSPETOR GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista a decisão proferida no processo nº 865/63, que trata da prestação de contas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1962, CITA o Senhor BRASÍLIO GALVÃO, ex-Diretor do Departamento de Administração da referida entidade, para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste, oferecer as alegações que tiver em sua defesa quanto a inobservância de preceitos legais e regulamentares na organização da referida prestação de contas. O aludido processo se encontra à disposição do interessado nesta Inspetoria-Geral de Controle Externo, diáriamente das 13 às 18 horas, para quaisquer consultas.

Brasília, 5 de julho de 1974
PEDRO DELFORGE
Inspetor-Geral

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA:
CEILÂNDIA, TAGUATINGA E GAMA

A "COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB" avisa que acha-se aberta a Concorrência Internacional nº CI-02/74-CAESB, para fornecimento de 02 (dois) transformadores de força para operarem em paralelo, sendo trifásicos, 60 Hz, 138/13,8 KV, estrela-estrela, com enrolamento terciário de compensação em triângulo, com refrigeração IN/VF/VF de 15/20/25 MVA, destinados à alimentação dos motores da Elevatória de Água Bruta do Sistema Rio Descoberto.

A aquisição dos equipamentos, objeto desta Concorrência, será financiada pelo Governo do Distrito Federal, Banco Nacional da Habitação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As propostas deverão ser apresentadas em Brasília, Distrito Federal, no 5º andar do Edifício-Sede da CAESB, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 13 nº 67 a 97, na "Sala de Licitações", no dia 02 de setembro de 1974, às 15:00 horas.

O Edital, com especificações e relação dos equipamentos a serem fornecidos, poderá ser retirado pelos interessados no Departamento de Engenharia da CAESB, no 2º andar do Edifício supramencionado, mediante o pagamento de uma taxa de Cr$1.000,00 (hum mil cruzeiro).

Brasília, 04 de julho de 1974
ENGº LUCIO GOMIDE LOURES
Superintendente da CAESB

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 0,20